

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA
MESTRADO EM SAÚDE COLETIVA**

MARIA APARECIDA MACAMBIRA DA SILVA

**POLÍCIA PENAL: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE O USO DE DROGAS
PSICOATIVAS LÍCITAS E ILÍCITAS.**

Rio Branco – Acre

2024

MARIA APARECIDA MACAMBIRA DA SILVA

**POLÍCIA PENAL: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE O USO DE DROGAS
PSICOATIVAS LÍCITAS E ILÍCITAS.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva como requisito para obtenção do título de Mestre em Saúde Coletiva.

Orientadora: Danúzia da Silva Rocha

Rio Branco – Acre

2024

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da UFAC

S586p Silva, Maria Aparecida Macambira da, 1997 -
Polícia penal: representações sociais sobre o uso de drogas psicoativas
lícitas e ilícitas / Maria Aparecida Macambira da Silva; orientadora: Profa. Dra.
Danúzia da Silva Rocha. – 2024.
75 f.: il.; 30 cm.

Mestrado (Dissertação) – Universidade Federal do Acre, Programa de Pós-
Graduação em Saúde Coletiva, Rio Branco, 2024.
Inclui referências bibliográficas e apêndice.

1. Drogas psicoativas. 2. Policiais penais. 3. Representações sociais. I.
Rocha, Danúzia da Silva (orientadora). II. Título.

CDD: 660

Bibliotecário: Uéilton Nascimento Torres CRB-11º/1074.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM SAÚDE COLETIVA

FOLHA DE APROVAÇÃO

Titulo da dissertação: **POLÍCIA PENAL: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE O USO DE DROGAS PSICOATIVAS LÍCITAS, ILÍCITAS E SEUS USUÁRIOS**

Autor: **MARIA APARECIDA MACAMBIRA DA SILVA.**

Orientador: **DANUZIA DA SILVA ROCHA**

Dissertação aprovada como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Saúde Coletiva, pela Banca Examinadora:

DATA DA APROVAÇÃO: 24 de julho de 2024.

BANCA EXAMINADORA:

Assinado Eletronicamente
DANUZIA DA SILVA ROCHA
Presidente/Orientadora
PPG-Saúde Coletiva/Ufac

Assinado Eletronicamente
MARIA INÊS GANDOLFO CONCEIÇÃO
Membro Titular Externo
Universidade de Brasília/Instituto de Psicologia)

Assinado Eletronicamente
ROZILAINE REDI LAGO
Membro Titular Interno
PPG-Saúde Coletiva/Ufac



Documento assinado eletronicamente por **Danuzia da Silva Rocha, Professora do Magisterio Superior**, em 13/12/2024, às 11:25, conforme horário de Rio Branco - AC, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Inês Gandolfo Conceição, Usuário Externo**, em 13/12/2024, às 13:09, conforme horário de Rio Branco - AC, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rozilaine Redi Lago, Professora do Magisterio Superior**, em 13/12/2024, às 13:18, conforme horário de Rio Branco - AC, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.ufac.br/sei/valida_documento ou click no link [Verificar Autenticidade](#) informando o código verificador **1495154** e o código CRC **AF159C24**.

AGRADECIMENTOS

Minha gratidão as pessoas que me acolheram, me inspiraram e foram de uma generosidade imensa em dividir comigo conhecimentos, sonhos, lutas, ensinamentos, alegrias e desafios diários. Como diz Gonzaguinha “toda pessoa sempre é as marcas das lições diárias de outras tantas pessoas”, é extraordinário perceber que agora tenho em mim o conhecimento compartilhado com esses profissionais.

Agradeço então as pessoas que contribuíram diretamente ou indiretamente nessa jornada. Minha gratidão:

A todas as trabalhadoras que, como tentam fazer ciência mesmo em meio a tantas adversidades de tempo. A todas as trabalhadoras e todos os trabalhadores da ciência e da educação do Brasil. A todas e a todos que construíram essa Turma Especial deste Programa de Mestrado (coordenação, tutoria, secretaria acadêmica, docentes, professoras/es convidadas/os).

A minha orientadora Danuzia da Silva Rocha que me apresentou muitos caminhos e me guiou com muita leveza e respeito para que eu pudesse extrair o melhor possível desse estudo. Gratidão pelo cuidado e o conhecimento compartilhado.

A minha família, obrigada pelos ensinamentos, amor, cuidado, torcida e carinho. Principalmente pelo apoio em enfrentar o retorno a vida acadêmica. Obrigada por serem amor, aconchego e um lugar seguro.

Por fim, a todos(as) os(as) trabalhadores (as) do Sistema prisional Acreano, em especial aquelas que contribuíram com essa pesquisa.

“(...) E aprendi que se depende sempre
De tanta, muita, diferente gente
Toda pessoa sempre é as marcas
Das lições diárias de outras tantas pessoas

E é tão bonito quando a gente entende
Que a gente é tanta gente onde quer que a gente vá

É tão bonito quando a gente sente
Que nunca está sozinho por mais que pense estar

É tão bonito quando a gente pisa firme
Nessas linhas que estão nas palmas de nossas mãos

É tão bonito quando a gente vai à vida
Nos caminhos onde bate, bem mais forte o coração
(...)”

(Gonzaguinha)

RESUMO

O uso abusivo de substâncias psicoativas e suas consequências são vistos como um problema crescente não só no Brasil, mas globalmente. Historicamente, as drogas que eram restritas em determinados contextos culturais e religiosos, tornaram-se bastante difundidas na sociedade, e passaram a ser vistas como alvos de intervenção política, médica e jurídica, exigindo uma resposta das autoridades para minimizar os danos que o uso de drogas poderia causar. Dessa maneira, esta pesquisa teve por objetivo compreender as representações sociais acerca do uso de drogas psicoativas lícitas, ilícitas e de seus usuários pelos policiais penais de Rio Branco-AC. O estudo foi realizado por meio da abordagem qualitativa. A pesquisa foi realizada no Complexo Penitenciário Francisco de Oliveira Conde, e teve como participantes vinte policiais penais que atuam no presídio. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas estruturadas e questionário sociodemográfico. A análise desses dados teve como base na técnica de Análise Temática, usando a Teoria das Representações Sociais como referencial temático metodológico. A droga teve como representação social para esses policiais penais como uma substância ilícita capaz de alterar comportamentos e atitudes, bem como, a causa dos principais problemas sociais.

Palavras-chave: Drogas psicoativas, Policiais Penais, Representações sociais.

ABSTRACT

The abuse of psychoactive substances and its consequences are seen as a growing problem not only in Brazil, but globally. Historically, drugs, which were restricted in certain cultural and religious contexts, have become widespread in society, and have come to be seen as targets for political, medical and legal intervention, requiring a response from the authorities to minimize the damage that drug use could cause. In this way, the aim of this study was to understand the social representations of the use of licit and illicit psychoactive drugs and their users by criminal police officers in Rio Branco-AC. The study used a qualitative approach. The research was carried out at the Francisco de Oliveira Conde Penitentiary Complex and involved twenty police officers who work at the prison. Data was collected using structured interviews and a sociodemographic questionnaire. The analysis of this data was based on the Thematic Analysis technique, using the Theory of Social Representations as a methodological thematic reference. The social representation of drugs for these criminal police officers was as an illicit substance capable of altering behavior and attitudes, as well as the cause of the main social problems.

Keywords: Psychoactive drugs, Criminal police officers, Social representations.

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO	11
1.1 Justificativa	12
2. REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO	14
2.1 Drogas Psicoativas	14
2.2 Um breve histórico	15
2.3 Lei de Drogas	16
2.3.1 Lei 11.343.....	18
2.3.2 O Aumento do Encarceramento no Brasil.....	19
2.4 Dados Epidemiológicos	21
2.5 Polícia Penal	22
2.5.1 Ambiente de Trabalho.....	23
2.5.2 Preconceito e Estigma.....	25
3. REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO	26
3.1 Teoria das Representações Sociais	26
4. OBJETIVOS	29
4.1 Objetivo Geral	29
4.2 Objetivo Específico	29
5. METODOLOGIA	30
5.1 Tipo de Estudo	30
5.2 Local de Estudo	31
5.3 População	32
5.4 Produção de Dados	32
5.5 Análise de Dados	33
6. ASPECTOS ÉTICOS	35
7. RESULTADOS E DISCURSÃO	37
REFERÊNCIAS	63
APÊNDICE I – TCLE	70
APÊNDICE II – ROTEIRO DE ENTREVISTA	75

1. INTRODUÇÃO

A palavra droga, do holandês “droog”, e do francês “drogue” significa folha seca. O uso dessa palavra tem origem no fato que, na Antiguidade todos os preparos medicinais continham na mistura raízes, plantas e vegetais, também sendo designada para se referir a produtos secos ou um conjunto de substâncias naturais utilizadas na alimentação e, principalmente, no tratamento médico de doenças e indisposições que acometiam o homem no século XIV na Europa (SPEZZIA, 2018). O uso de drogas remota desde a aurora dos tempos, porém tornou-se um problema contemporâneo, devido às relações do indivíduo e da sociedade com essas substâncias. O consumo de drogas lícitas e ilícitas é avaliado como um transtorno de caráter social, principalmente devido aos danos causados à saúde e sua elevada incidência em todas as idades, gerando consequências biopsicossociais para a sociedade (ZEITOUNE, et al. 2012).

A Organização Mundial da Saúde (OMS, 2002) define droga como toda substância natural ou sintética, que dentro do organismo vivo, é capaz de mudar uma ou mais de suas funções, produzindo em doses variáveis a dependência psicológica e orgânica. Essas substâncias psicoativas são introduzidas no organismo através de ingestão, inalação, injetável e absorção, entram na corrente sanguínea e chegam ao cérebro, modificando o equilíbrio, causando respostas apáticas ou violentas.

Em regra, é comum classificar as drogas em substâncias lícitas e ilícitas. No Brasil, as drogas ilícitas são substâncias psicoativas ou psicotrópicas, cuja produção e comércio são considerados crime, por exemplo: maconha, cocaína, oxy, crack, ecstasy, heroína, barbitúricos, Dietilamida do Ácido Lisérgico (LSD), morfina, clorofórmio, ópio e inalantes. Por outro lado, as drogas que o uso e o comércio são permitidos são consideradas lícitas, como o álcool e tabaco (DE ARAUJO, et al. 2018).

Existem inúmeros fatores de risco para que ocorra a primeira experiência com essas substâncias, são divididos em fatores sociais e endógenos: Os fatores endógenos são inerentes à personalidade, como disposição genética, depressão, transtorno de personalidade anti-social, baixa autoestima, curiosidade e busca por novas sensações. Entre os fatores sociais, estão presentes: a baixa condição econômica, fácil acesso às drogas, criminalidade, falta de vínculo familiar, escolaridade, a influência de amigos, além da cultura muito permeada pelo poderoso

mercado global de promoção comercial do uso dessas substâncias como forma de entretenimento (GOMES e BRILHANTE, 2021).

De acordo com a classificação do CID 10, são considerados dependentes, aqueles que possuem transtornos mentais e comportamentais devidos ao uso de múltiplas drogas e ao uso de outras substâncias psicoativas, denominada síndrome de dependência (Azevedo e Silva, 2013). Ou seja, entendida como uma síndrome que se constitui em estado de doença e problema de saúde pública.

A síndrome de dependência química requer atenção mundial por ser um problema complexo e multifacetado, com impactos sociais, econômicos e de saúde pública (SILVA, 2023). Estima-se que 210 milhões de pessoas no mundo usam drogas, e, essas substâncias ceifam a vida de 200.000 pessoas a cada ano (Brasil, 2017). Portanto, devido à complexidade desse fenômeno, é necessário discutir o abuso de substâncias dentro de um modelo biopsicossocial, ou seja, uma discussão que revele as junções entre diferentes áreas da vida de um indivíduo (SCHRAM, COL, & BORTOLI, 2022).

Considerando a importância do fenômeno do uso drogas, a teoria das representações sociais (RS) pode contribuir com esses estudos, uma vez que possibilita a compreensão de que os valores, crenças e atitudes constituem um papel crucial na construção de formas coletivas de significar o uso de drogas, divulgando formas de pensamento e de comportamento a elas associados. Sob esta perspectiva, é necessário se apropriar do significado construído pelos Policiais Penais sobre essa temática, uma vez que estes significados estão relacionados a este fenômeno, pois convivem com todas as facetas da droga, desde o usuário até o traficante, além de entrarem em contato corriqueiramente com diversas drogas, por meio das revistas e apreensões nas unidades penitenciárias.

1.1 Justificativa e Apresentação.

Esse trabalho se fez presente com o início da trajetória da autora no sistema prisional no início de 2020. O tema foi escolhido a partir da observação e experiência da autora com os participantes da pesquisa e seu ambiente de trabalho. A presente autora começou a trabalhar na penitenciária na área da saúde, como biomédica, onde ficava responsável pelo diagnóstico e controle da Tuberculose. O primeiro contato com o ambiente prisional foi perturbador, um ambiente totalmente opressor e violento,

que tinha influência em todas as pessoas ali presente, dos trabalhadores aos prisioneiros. A percepção da autora sobre esse ambiente mudou completamente, descobriu-se um universo totalmente diferente dentro daqueles muros.

Dos indivíduos ali presentes, a autora notou que os policiais penais eram acometidos com o mesmo sofrimento dos presos, porém eram invisíveis a população de fora, além de lutarem com o estigma de corrupção daquela profissão. Das conversas com colegas de trabalho, esses policiais muitas vezes relataram que eles também se sentem presos ali dentro, a diferença que estão do lado de fora das grades. A autora também notou o alto níveis de estresse que esses policiais possuíam, com vícios em medicações controladas e substâncias psicoativas, além de tamanha violência e agressividade para com todas as pessoas. Com todos esses problemas relatados e observados, surgiu a necessidade de evidenciar e tornar público o que acontecia dentro daquele ambiente.

O uso abusivo de drogas é reconhecido como um dos maiores problemas de saúde pública mundial. As consequências da utilização destas substâncias podem se tornar graves, gerando diversos transtornos, como os familiares, financeiros, sociais e na saúde, tanto nos sistemas individual e coletivo. Portanto, a presente pesquisa tem a finalidade de compreender as representações sociais dos policiais penais sobre o uso de drogas psicoativas e seus usuários, ou seja, o que esses policiais penais pensam sobre essa temática e como ela se insere no seu cotidiano.

Este estudo buscará ampliar o conhecimento sobre os policiais penais, pois essa classe de trabalhadores é pouco estudada, ocasionando uma fragilidade de conhecimento histórico e social sobre essa profissão, pouco se sabe sobre as experiências e desafios vividas por aqueles que compartilham 24 horas o mesmo ambiente com os detentos em uma unidade prisional.

2. REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

2.1 Drogas Psicoativas

De acordo com a definição adotada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), droga é qualquer substância capaz de modificar o funcionamento do organismo, resultando em mudanças fisiológicas e/ou de comportamento, de humor ou de cognição. Devido às alterações que as drogas causam no corpo e à sua capacidade de causar dependência em quem as consome, essas são denominadas substâncias psicotrópicas ou psicoativas (OMS, 2002). No Brasil, o Ministério da Saúde, no ano de 2006, na lei nº 11.3432, considera droga como qualquer substância capaz de causar dependência, especificadas em lei ou não (BRASIL, 2006). O consumo de drogas psicoativas, ou seja, de substâncias capazes de alterar as funções do Sistema Nervoso Central (SNC), na medida que estas modificam sensações, percepções, estados de consciência e de humor, sempre estiveram presentes no desenvolvimento da humanidade, se estabelecendo como um dos elementos estruturantes de grande parte das diferentes sociedades (FERNANDES et al, 2017).

Segundo Andrade e Ronzani (2016), as drogas psicoativas podem atuar no sistema nervoso central (SNC) de diversas formas, e o modo de ação dessas substâncias pode ser utilizado para classificá-las em subgrupos. Portanto, as drogas psicotrópicas podem ser divididas em: estimulantes, sedativos e alucinógenos. Em princípio, os estimulantes do SNC são aquelas substâncias que aumentam a atividade cerebral, induzem sensações de euforia e bem-estar, atuam nos neurotransmissores dopamina e norepinefrina e têm efeito potencializador da atividade simpática. Os mais conhecidos são: cafeína, nicotina, anfetaminas, cocaína e crack (SILVA et al., 2014). Drogas depressoras do sistema nervoso central são aquelas que reduzem a atividade mental, reduzem a excitabilidade neuronal e, assim, limitam a neurotransmissão de impulsos, ou seja, drogas depressoras reduzem a atenção, a tensão emocional e a inteligência. Fazem parte desse grupo, principalmente, o álcool, os opiáceos, os ansiolíticos e os solventes inalantes (RONZANI; ANDRADE, 2016). Além disso, existe as drogas alucinógenas ou perturbadoras do SNC, são drogas que causam alucinações, modificam a atividade cerebral, as principais drogas psicoativas que

compõem esse grupo são: maconha, LSD, ecstasy, cogumelo e outras (VIEIRA et al 2021).

As drogas psicotrópicas, por mais que sejam classificadas de acordo com suas ações no sistema nervoso central, compartilham uma característica: todas atuam no sistema de recompensa do cérebro, que as registra como drogas de abuso. O sistema de recompensa cerebral é a área do sistema nervoso central responsável pela necessidade do consumo dessas substâncias; é a área que pode produzir abuso. O sistema de recompensa é formado por uma rede de circuitos neurais que podem ser reforçados de forma positiva ou negativa. Se esse sistema for ativamente estimulado, o sistema nervoso central sinaliza o aumento das concentrações de dopamina, neurotransmissor associado à sensação de prazer, levando a uma busca cada vez mais intensa pela droga (ZALESKI et al., 2006).

2.2 Um breve histórico

A história do uso das drogas acompanha e se entrelaça com a da própria humanidade. Bem como, há registros anteriores ao Período Neolítico (entre 12.000 a.C. e 4.000 a.C.) de homínídeos que faziam uso de psicoativos com diferentes finalidades, e desde então, raras são as civilizações que não tenham manifestado experiências relacionadas ao consumo de alguma substância desta categoria (CARNEIRO, 2018).

O mesmo autor afirma ainda que as pessoas estão sempre tentando suportar as adversidades da sua realidade, então, na busca por alimentos e meios de aclimação, acabaram encontrando substâncias ativas presentes em diversas plantas e fungos, ou seja, possuidoras de propriedades farmacológicas, como alívio da dor e aumento de estímulo para as atividades diárias. Consoante os seus efeitos, o consumo é utilizado para fins medicinais e científicos, em cerimônias religiosas e festivas, como forma de integração social e até para combater os efeitos da altitude em algumas regiões. Na antiguidade, as primeiras menções a essas substâncias sugerem seu uso como fonte de prazer e como recurso para aplicações médicas e farmacêuticas (CARNEIRO, 2018).

Na Grécia antiga, o ópio foi sugerido como medicamento desde o século X a.C, assim como os egípcios usavam o cânhamo para esquecer as preocupações e enganarem a fadiga e a fome, enquanto os assírios usavam essa substância para

rituais religiosos ou como anestésico. Além dos usos terapêuticos e farmacológicos, as substâncias psicoativas também eram consumidas durante as festas e cerimônias religiosas e sagradas. Acreditava-se que os remédios eram presentes da natureza, com propriedades mágicas, possibilitando o contato com os deuses (Prata e Santos, 2009).

As bebidas alcoólicas, eram consideradas alimentos que, além de saciar a fome, também poderiam elevar o ânimo. Elas constituem as substâncias psicoativas mais antigas já descobertas pelo homem, são obtidas por meio do processo de fermentação de frutas e cereais, através da ação de fungos conhecidos como leveduras. Por exemplo, o fato de o consumo de vinho ter sido um elemento importante na Grécia e Roma antigas, representado como deuses, nas imagens de Dionísio (deus grego) e Baco (deus romano), reforça a importância do produto em ambas as sociedades. Inclusive a Bíblia menciona o vinho várias vezes, e ainda faz parte dos ritos sagrados cristãos, trazido como símbolo do sangue de Jesus Cristo (SALES, 2010). Fica evidente por esses apontamentos que, se por um lado as drogas são usadas há milhares de anos, a consideração do abuso, da dependência e dos fenômenos sociais relacionados é uma prática relativamente nova (SOUZA, CALVETE, 2017).

2.3 Leis de Drogas no Brasil

No Brasil, a legislação iniciou processo de política sobre drogas na primeira metade do século 20, com a criação de políticas públicas direcionadas aos usuários de drogas, esse primeiro contato com a regulamentação foi com o Decreto-Lei nº. 891/1938. Em segundo momento a tratativa contra o tráfico ilícito e um grande abuso no uso de substâncias químicas que causavam a dependência foi em 1976, pois o foco das políticas de drogas em nível mundial tem sido predominantemente a repressão à produção, comercialização e consumo dessas substâncias (UNODC, 2011).

Onde a Lei nº 6.368/1976 alterou o Decreto nº 891/193. Após a regulamentação de tal dispositivo a repressão de drogas no Brasil começou a ampliar sua força normativa sobre o assunto. Ainda sem nenhuma política sobre a recuperação e a reinserção de dependentes químicos e ao passar de uma década, por meio da Lei nº n 7.560, somente com essa lei foi criado o Fundo de Prevenção, Recuperação e de

Combate às Drogas de Abuso (FUNCAB), assim, foram definidas diretrizes acerca dos bens confiscados e obtidos por meio de receitas provenientes do comércio ilegal de substâncias entorpecentes ou atividades relacionadas. Este Fundo originou o atual Fundo Nacional Antidrogas (FUNAD).

Já na década de 93, houve a implementação da Secretaria Federal de Entorpecentes, órgão relacionado a supervisão técnica das atividades de prevenção, fiscalização e repressão ao uso indevido de produtos e substâncias entorpecentes, além disso o órgão busca dar mais estrutura e organização sobre a Política Nacional sobre Drogas.

Com o passar dos anos, em 2006, foi aprovada a Lei n. 11.343/2006 que estabeleceu o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD) e determinou medidas para prevenir o uso indevido, prestar atenção e reintegrar socialmente usuários e dependentes de drogas, em concordância com a política sobre drogas vigente. Essa lei buscou unificar os dois instrumentos normativos anteriores: as Leis 6.368/1976 e 10.409/2002, revogando-as a partir de sua promulgação, com o reconhecimento de distinções entre as figuras do traficante e do usuário/dependente, que passaram a ser tratados de maneira diferenciada e ocupar capítulos distintos na legislação (SANTANA e NOVAIS, 2023).

Por sua vez, o Decreto n. 5.912/2006 regulamentou as atribuições dos Órgãos do Poder Executivo em relação ao tema. Em 2008, foi promulgada a Lei n. 11.754, por meio da qual o Conselho Nacional Antidrogas foi renomeado como Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (CONAD). A nova Lei também alterou o nome da Secretaria Nacional Antidrogas para Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD). Em janeiro de 2011, a SENAD retornou do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República para o Ministério da Justiça, com o intuito de fortalecer a articulação das ações de redução da demanda e oferta de drogas, que priorizam o combate ao tráfico ilícito. Em setembro de 2021, o Decreto n. 10.785 modificou o nome da SENAD para Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos. Finalizando em 2019 com a edição do Decreto n° 9.761/2019, com a posição atual de inovar sobre as regulamentações já existentes, inteirando sobre alterações normativas de Drogas.

2.3.1 Lei 11.343

Aprovada após cerca de quatro anos de debates legislativos, a Lei 11.343 entrou em vigor em agosto de 2006 e se tornou o primeiro dispositivo legal em matéria de drogas aprovado em período democrático no Brasil. Ao substituir a antiga Lei 6.368/76, que se manteve em vigência por mais de três décadas, o novo regimento legal instituiu o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD), o qual prescreve medidas para prevenção do uso indevido (art. 18 e 19), atenção e reinserção social de usuários e dependentes (art. 20 a 26), normas para a repressão à produção que não tiver autorização e ao tráfico ilícito de drogas (art. 31 e 32), além de também definir crimes (28 e 33 a 39) e outras providências.

Por reconhecer expressamente em seu texto legal uma série de princípios de respeito aos indivíduos, integração e medidas de redução de danos, a legislação pode ser classificada dentro do espectro proibicionista como de um proibicionismo moderado. Nesse sentido, a lei dispõe em seu art. 4º, inciso I, o respeito aos direitos fundamentais da pessoa humana, especialmente quanto à sua autonomia e à sua liberdade, bem como no inciso II o respeito à diversidade e às especificidades populacionais existentes.

Formada por 75 artigos, em comparação com a legislação que a antecedeu, a Lei 11.343/06 encaminhou uma série de mudanças significativas. O antigo termo “substância entorpecente” foi substituído pela expressão “drogas”, as quais são devidamente identificadas por intermédio da portaria 344/1998 da ANVISA, o que por definição torna a Lei de Drogas uma norma penal em branco heterogênea, na medida em que é caracterizada necessariamente por uma disposição normativa diversa (DOTTI, 2018).

Não obstante, para além de meras mudanças de ordem semântica e formal, a nova legislação apresentou importantes alterações na sua estrutura punitiva. Nesse sentido, como um dos principais destaques, tem-se a despenalização do consumo (art. 28), o que significa dizer que a partir da Lei 11.343/06 fica vedado que o usuário de drogas consideradas ilícitas receba como sanção pena privativa de liberdade.

É importante enfatizar que a Lei 11.343/06 não descriminalizou o porte e consumo para fins de utilização pessoal. As condutas de consumir e portar continuam sendo tipificadas pela legislação. O que mudou, em comparação com o dispositivo legal anterior, foi apenas a resposta penal reservada ao usuário, a qual não pode mais

ser a do encarceramento, fato que torna a legislação de drogas a única no ordenamento jurídico brasileiro com essa peculiaridade. Dessa forma, a lei prevê a despenalização e não a descriminalização. Esses conceitos possuem significados distintos, ainda que por vezes se confundam.

2.3.2 Lei 11.343/06 e o Aumento do Encarceramento no Brasil

Nas últimas décadas, o crescimento das taxas de encarceramento no Brasil tem preocupado pesquisadores, gestores e atores da administração da justiça penal. Atualmente, com um total de 837.443 pessoas presas em unidades físicas e domiciliares (DEPEN, 2022), o país abriga a terceira maior população carcerária global em números absolutos, atrás apenas dos Estados Unidos e da China, e configura o primeiro em termos de crescimento, tendo em vista que nos últimos anos os países acima mencionados já verificaram inflexões nas taxas de aprisionamento.

Desse modo, o encarceramento em massa de pessoas - formado majoritariamente por homens jovens, negros, com baixa escolaridade, moradores de regiões periféricas e que no momento da abordagem portavam pequenas quantidades de droga ocupa uma posição central nos debates que permeiam o campo da segurança pública no Brasil. Essa realidade, embora tenha graus de variação, se repete em todos os estados da federação, sendo agravada desde os anos 1990 e carregando consigo o rastro de um país que não foi capaz de superar as marcas deixadas por anos de escravidão, patrimonialismo e ausências democráticas (AZEVEDO e HIPOLITO, 2023).

Atualmente, ao representar cerca de 30% das incidências por tipo penal, os delitos correspondentes à legislação de drogas configuram aproximadamente um terço dos aprisionamentos no país. Esse número, que antes da vigência da atual lei representava cerca de 10% do total de presos, demonstra como as prisões por tráfico cresceram desproporcionalmente, quando comparadas ao aumento das taxas relativas ao total do número de encarcerados (AZEVEDO e HIPOLYTO, 2016). Assim, essa constatação indica a relação direta entre a entrada em vigência da Lei 11.343/06 e o aumento massivo do número de pessoas presas no Brasil.

Desse modo, de todas as implicações percebidas desde a implementação da atual Lei de Drogas, o crescimento acentuado do número de aprisionados no país é a mais expressiva. Se, em um primeiro momento, ainda no período de sua construção

no legislativo, a proposta trazida pela lei era a de reduzir danos e diminuir os problemas decorrentes do antigo texto legal; ao diferenciar condutas - usuários de pequenos e grandes traficantes - por meio da aplicação de penas distintas para cada um, no campo prático, como anteriormente apontado, isso não ocorreu.

O aumento da pena mínima do delito de tráfico para cinco anos, o que em regra impede a aplicação de penas alternativas à prisão, assim como o crescimento constante do indiciamento de pessoas por comercialização de drogas, mesmo a partir da apreensão de pequenas quantidades, e a diminuição das condutas enquadradas como consumo foram fatores que agravaram as taxas de encarceramento desde que a Lei 11.343/06 entrou em vigência em 2006.

Somado a esses aspectos, o fato de o tráfico ser equiparado a crime hediondo -o que acarreta aos presos que respondem por esse delito um maior tempo de cumprimento de pena para a progressão de regime, além de obstruir a comutação de indulto- tem de igual forma um importante papel na elevação expressiva do número de encarcerados no país, de modo que interfere diretamente no tempo em que estes permanecem nas prisões. Se anteriormente foi dado um maior foco para o papel da polícia no processo de incriminação de pessoas por delitos relacionados ao tráfico de drogas, neste momento cabe evidenciar a função que cumprem outros atores pertencentes à arquitetura institucional da segurança pública, como a desempenhada pelo judiciário na perpetuação das acusações e no consequente aumento do encarceramento de pessoas no Brasil.

2.4 Dados Epidemiológicos

De acordo com os dados divulgados pelo World Drug Report (2019), em 2017 cerca de 271 milhões de pessoas, cerca de 5,5% da população mundial entre 15 e 64 anos, utilizaram drogas no ano anterior – um aumento de 30% comparado com os dados obtidos na pesquisa realizada em 2009. Deste número, cerca de 35 milhões de pessoas em todo o mundo sofrem transtornos relacionados ao uso de drogas e necessitam de tratamento. O relatório aponta ainda que, houve, em 2017, em torno de 585 mil mortes ocasionadas pelo uso de drogas (UNODC, 2019).

Em relação ao álcool, a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) afirma que, aproximadamente 3,3 milhões de pessoas morrem a cada ano devido ao abuso do álcool, responsável por mais de 200 doenças, sendo as pessoas de 20 a 39 anos

as mais afetadas. Além de ser fatal, o alcoolismo pode trazer sérias consequências para o indivíduo e para a sociedade, como hepatite, câncer, doenças cardíacas, acidentes automobilísticos etc., levando a distúrbios mentais e comportamentais, problemas financeiros, prejuízos sociais, dificuldades na família e na sociedade (ROMERA, 2022). Em relação ao consumo de tabaco, a Organização Mundial da Saúde e a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) relatam que havia aproximadamente 200 milhões de fumantes em 2013, dos quais 145 milhões viviam nos Estados Unidos (SIMPLICIO et al., 2021).

Uma pesquisa nacional sobre o uso de álcool, tabaco e outras drogas entre universitários em 27 capitais brasileiras, 48,7% dos jovens relataram uso de drogas ilícitas pelo menos uma vez na vida (PAIVA et al., 2018). Em 2019, foram divulgados os dados do 3º Levantamento Nacional Sobre o Uso de Drogas pela População Brasileira, realizado pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) em 2017, envolvendo aproximadamente 17 mil pessoas entre 12 e 65 anos (BASTOS, 2017).

Neste estudo, pode-se inferir que a maioria dos dados mais preocupantes observados em relação aos padrões de uso de drogas no Brasil dizem respeito ao uso de álcool e não a substâncias ilícitas como muitos acreditam. Mais da metade da população do país de 12 a 65 anos afirmou ter consumido bebida alcoólica pelo menos uma vez na vida, sendo que 30,1% (aproximadamente 46 milhões) deles consumiram bebida alcoólica pelo menos uma vez nos últimos 30 dias. Aproximadamente 2,3 milhões de pessoas apresentaram critérios suficientes para satisfazer o diagnóstico de dependência alcoólica (BASTOS, 2017). É importante salientar que a OMS aponta que o álcool é a substância psicoativa mais relacionada a danos à saúde que levam à morte (WHO, 2019).

No Estado do Acre, uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2019 informou que cerca de 12% dos adolescentes acreanos de 13 a 17 já usaram drogas lícitas ou ilícitas alguma vez na vida, o estudo demonstra que desses adolescentes a maioria é do sexo masculino e estudam em escolas públicas (IBGE, 2022).

2.5 Polícia Penal

A profissão de Policial Penal foi criada através da promulgação da Emenda Constitucional 104, em 4 de dezembro de 2019 (BRASIL, 2019). Essa conquista, foi o

resultado de uma batalha que a categoria dos agentes penitenciários vem travando há vários anos, à vista da falta de valorização da profissão e o risco eminente de sua própria segurança, eles permaneceram na luta para o reconhecimento constitucional de suas atribuições de segurança como sendo de natureza policial, assim foi criado o primeiro órgão constitucional de segurança pública após a Constituição de 1988 (CARVALHO e VIEIRA, 2020). No Estado do Acre, esses agentes foram reconhecidos como policiais em 17 de dezembro de 2021 através de uma Lei Complementar.

Apesar de ser considerada uma categoria policial relativamente nova. Todavia, o policial penal já foi reconhecido por vários nomes: Agente de Segurança Penitenciária, Carcereiro, Guarda de Preso, Agente Carcerário, Agente Penitenciário, Vigilante Penitenciário, Guarda, Carrasco, etc., sendo visto apenas como aquele que “abre e fecha cadeados” (SALBEGO, 2022). Contudo, a polícia penal se enquadra nas profissões mais antigas do mundo, e, de acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), é a segunda profissão mais perigosa e estressante do mundo, em função da mínima estrutura de segurança em que exerce seu trabalho, com alto grau de periculosidade e insalubridade, riscos de motins, rebeliões, agressões e morte (SOUZA et al., 2015).

As histórias dos carrascos, carcereiros, guardas de presídio, agentes de segurança penitenciária, independentemente do ‘tempo histórico’, guardam em comum um aspecto: o fato de sempre terem estado ligadas às situações de torturas, agressão, vigilância e fiscalização e a outros mecanismos disciplinadores utilizados para aplicar o castigo considerado justo, para punir o desvio, promover a adequação e manter uma determinada ordem social (LOPES, 2002). A história do surgimento dessa profissão no Brasil não é relatada de forma consistente por documentos ou evidências, mas claramente não se iniciou como uma opção pessoal por fazê-la. O primeiro documento que descreve de forma detalhada a função do guarda de presídio é o decreto nº 3706 de 29 de abril de 1924. Nesta época, os agentes eram escolhidos e nomeados pelo diretor da instituição prisional, ou seja, não partia de um interesse subjetivo pelo ofício, mas sim um cumprimento de ordem e poderiam ser presos caso os nomeados não o fizessem (LOPES, 2002). O regime de trabalho na penitenciária era o de plantonistas de 24 horas e de diaristas das 8 às 17 horas. Para ser admitido como guarda, o candidato deveria ser brasileiro, ter mais de 21 e menos de 45 anos, gozar de boa saúde e boa aparência física, provar bons antecedentes, moralidade e

conduta, sujeitar-se à prática do estabelecimento, fazer exame de competência; sendo que eram preferidos os que já tivessem exercido prática análogas.

2.5.1 Ambiente de Trabalho

Segundo o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN, 2019) a população carcerária aumentou consideravelmente nos últimos vinte anos, os dados demonstram que em 2000, o país continha 137.710 pessoas encarceradas. No entanto, no final de 2019, esse número quintuplicou para 755.274 pessoas. Essas taxas elevadas, deixam o Brasil, em terceiro lugar, no ranking de maiores populações carcerárias, ficando atrás somente dos EUA e da China. Apesar do crescimento dessa população, a criação de novas vagas nas penitenciárias brasileiras não ocorre de maneira proporcional, o que acarreta a superlotação do sistema penitenciário.

Torquato e Barbosa (2020), partindo dos dados apresentados pelo Depen referentes a 2016, apresentam ainda uma estimativa de déficit de 65.375 policiais penais, se levada em consideração a recomendação do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP), que prevê a proporção de um policial penal para cada cinco pessoas encarceradas. Segundo os autores, há 78.108 profissionais atuando na segurança prisional, quantidade exígua e diretamente relacionada às crises contumazes que se instalam nas prisões brasileiras.

Esses números sugerem que o sistema prisional carece de trabalhadores para atender às demandas do superencarceramento. Dessa forma, indiscutivelmente a falta de segurança, a infraestrutura instável e a superlotação de presídios e penitenciárias, aliadas à falta de efetivo de servidores efetivos, são ainda mais importantes para a valorização de quem realiza esse trabalho (RUDNIK et al., 2017).

O próprio sistema prisional é um ambiente complexo por uma série de razões, uma delas é a relação entre agentes e presos. Para as pessoas cuja liberdade é restrita, a prisão representa sofrimento, violência e punição porque, sob o pretexto de prevenir o crime, as prisões atuam no sentido de causar temor. A responsabilidade por esse sistema violento recai diretamente sobre os policiais penais, que são representantes do uso da força do Estado e, nesse sentido, atuam como “bodes expiatórios” por estarem na linha de frente do confronto (DORES, 2018).

A vida dos detentos na prisão é cheia de dor, trauma e violência. Este é um tema relevante que merece estudo e tratamento sério. No entanto, poucas pesquisas têm sido feitas sobre as doenças e distúrbios vivenciados por aqueles que

compartilham o mesmo ambiente de trabalho, e o conhecimento histórico e cultural sobre a profissão é frágil. O trabalho de rotina da polícia penal resume-se a testemunhar constantemente provas físicas do sofrimento alheio. De maneira geral, o cotidiano dos agentes penitenciários se resume a revistar as celas, observar o comportamento dos internos e acompanhar o fluxo de entrada e saída da unidade, garantindo a segurança e a disciplina prisional (OLIVEIRA; RIBEIRO; BASTOS, 2015). Nas prisões, a proximidade entre os guardas e as pessoas privadas de liberdade é inevitável e até considerada inerente ao exercício da tutela.

Vários autores afirmam que a ideia de que os funcionários têm poder absoluto dentro de uma unidade prisional é ilusória porque a cooperação dos presos para manter a ordem é essencial. Dentro dos limites da prisão, a dependência de acordos mutuamente benéficos é criada por meio da negociação e divulgação de informações específicas, que podem ser considerados corruptos (HEPBURN, 1984).

A custódia policial pode ser vista como um serviço 'contaminador' devido ao contato constante e muitas vezes necessário com criminosos. Portanto, obter a colaboração dos presos para que as ações do policial sejam efetivas é um trabalho árduo que passa pela assimilação do estilo de vida do preso. Esse é um exercício custoso na formação de identidades dos próprios agentes, pois há uma carga psicológica significativa em sintetizar comportamentos expressamente opostos aos seus próprios (MORAES, 2013).

2.5.2 Preconceitos e Estigmatização

Os policiais e presos possuem duas similaridades: o compartilhamento de um caráter humano e de um ambiente desumanizador. Isso significa, para os guardas, que ao dividir o mesmo espaço, há a visualização do sofrimento de pessoas desmoralizadas pelo sistema. Esse reconhecimento implica a responsabilidade pelo alívio ou pelo aumento da angústia estrutural, transformando em um trabalho de difícil condução a nível psicológico (DIMENSTEIN, 2017). Conhecer a fundo o sofrimento humano, dentro de uma prisão, é capaz de tornar o exercício de um agente penitenciário impossível de ser cumprido. Por isso, o distanciamento é uma ferramenta comumente utilizada por esses servidores. A mecânica de manter outra pessoa tão distante que você não consegue entender a situação dela é uma ferramenta de sobrevivência psicológica. Uma das estratégias utilizadas para isso é

qualificar os presos como subumanos, como pessoas que não merecem nenhuma reivindicação (LOURENÇO, 2010).

Outro fator a se considerar na análise da função do agente prisional é a estigmatização sofrida por eles. Resgatando a definição trazida por Goffman (2008), estigma social pode ser definido enquanto marca ou sinal, presentes tanto no aspecto físico quanto social, que apresenta conotação negativa e designa o seu portador como desqualificado, sendo este marginalizado e excluído. De acordo com essa definição, é possível inferir que esse fenômeno atinge os policiais penais de duas formas, pelos presos e pela sociedade. Tais estigmas são construídos a partir de um processo de aprendizagem e assimilação de cognições, crenças e afetos disseminados na realidade social em que o indivíduo se encontra inserido.

Lourenço (2010) aponta o duplo estigma sofrido por esses trabalhadores, os intramuros e os extramuros, sendo o primeiro motivado pelos custodiados, uma vez que os policiais são os responsáveis pela institucionalização da opressão sentida cotidianamente pelos apenados. O segundo é regido pelas normas morais da população, uma vez que o vínculo com o presídio é malvisto, devido ao contato com indivíduos indesejados socialmente e o desconhecimento das práticas rotineiras e questões vivenciadas dentro de uma prisão. Esse aspecto, inclusive, leva os agentes a omitirem a própria profissão.

Os policiais penitenciários, participantes dessa pesquisa, são os servidores do sistema prisional que vivenciam mais diretamente o cotidiano carcerário. Contudo, esse grupo tem pouca visibilidade social, explícito no fato de que são poucas as pesquisas sobre esses profissionais. A prisão tende a produzir efeitos subjetivos sobre as pessoas que nela convivem, sobretudo, diante da necessidade de se adaptarem às regras de sociabilidades típicas dos espaços penitenciários (BARCINSKI et al, 2014). Diante dessa situação, Donald Clemmer desenvolveu o conceito de "prisionização", que se refere ao processo de adaptação e apropriação da cultura prisional não só em termos de vida prisional, mas também em termos de linguagem e comportamento (OLIVEIRA, 2017).

A hostilidade no trato com os presos, a insensibilidade ao drama humano ali vividos, os problemas de saúde mental que afetam a vida profissional e familiar, o alcoolismo e o uso de drogas são fatores que contribuem para as difíceis experiências de trabalho no cotidiano dos agentes penitenciários (LOURENÇO, 2010). Dimenstein (2017) argumenta que o uso/abuso de álcool e outras drogas por esse grupo é

influenciado pelo ambiente prisional resultando em fadiga, frustração, agressividade e medo. Seus achados mostraram uso abusivo/dependente de álcool, maconha, cocaína, anfetaminas, inalantes e hipnóticos.

3. Referencial teórico-metodológico

3.1 Teoria das Representações Sociais

A fundamentação teórico-metodológica, que será usada para a análise das informações coletadas no estudo, será a Teoria das Representações Sociais (TRS). Essa teoria tem sido bastante empregada na investigação de diversos fenômenos sociais em diferentes áreas do conhecimento, em vista que, possui uma rica abordagem metodológica e didática, por tornar visível o que até o momento era desconhecido e propiciar formas de conhecer de fato, a compreensão de determinada população sobre o objeto de estudo pretendido (NOGUEIRA e DI GRILLO, 2020). A Representação Social na qualidade de conhecimento do senso comum está sempre presente numa opinião, posicionamento, manifestação ou postura de um indivíduo em sua vida cotidiana (LEFEVRE e LEFEVRE 2014).

A Teoria das Representações Sociais é uma abordagem psicossociológica sobre o processo de construção do pensamento social. Esse campo de teoria surge a partir da tese de doutorado de Serge Moscovici (1976), um psicólogo social, radicado na França, proposto em 1961, e intitulado *Psychanalyse, Son image et son public*. Uma parte dessa obra foi traduzida para o português em 1975, porém, somente em 2012 foi traduzido inteiramente, com o título: *Psicanálise, sua imagem e seu público* (GUARESCHI, 2012). Ademais, na elaboração de sua teoria, o autor resgatou o conceito de representações coletivas proposto por Émile Durkheim, no qual examinou o pensamento social sobre a psicanálise, presente no tecido social francês.

Para Moscovici (1976), as representações coletivas propostas por Durkheim teriam caráter homogêneo, sendo partilhadas pela totalidade dos membros de um determinado grupo. Elas articulariam componentes da ciência, da religião, dos mitos e das categorias espaço-temporais, de modo que sua função seria manter a vinculação entre os indivíduos, bem como a preparação para a ação de modo integrado ao pensamento (SPINK, 2004.). O nascimento da Teoria das Representações Sociais ocorreu em um período histórico marcado por mudanças

provocadas pela insatisfação e pela tentativa de superação do modelo científico que valorizava de forma excessiva os saberes científicos em detrimento da cultura do senso comum, menosprezando e desprestigiando o valor das crenças e dos conceitos culturalmente construídos no intercâmbio comunicacional cotidiano que constitui e é constituído na cultura (ROCHA, 2014).

As Representações Sociais se apresentam como um conjunto de ideias, crenças, e concepções, criadas a partir da inter-relação do indivíduo com a sociedade e o contexto que o rodeia, essa interação permite expressar um determinado acontecimento, pessoa ou objeto (MOSCOVICI, 2010). Desse modo, é possível compreender que as experiências, os costumes, os deveres, os problemas e limitações encontradas nos diversos contextos sociais se manifestam em igual intensidade na cultura dos grupos quanto no caráter de cada indivíduo.

Segundo Moscovici (2010), as representações sociais podem ser definidas como teorias do senso comum, “ciências coletivas”, pelos quais se procede a interpretação e construção das realidades sociais, através de discursos públicos nos grupos e compartilhadas coletivamente, e por serem dinâmicas, levam o indivíduo a interagir com o meio e criar comportamentos. As representações são criadas do homem, para entender o mundo à sua volta, ajustar-se a ele, saber como se comportar e dominá-lo físico e intelectualmente, com a necessidade de identificar os fenômenos ao redor e partilhar esse mundo com os outros (JODELET, 2001).

O propósito das representações, segundo Moscovici (2010), é transformar algo não familiar em familiar, fatos ou objetos novos causam medo e estranhamento, produzindo a perda de referências habituais, do senso comum e de compreensão mútua. Assim, uma realidade social ou explicação é definida quando o novo e o não familiar são inseridos no consenso social. Para Vala (2013), é nessa transformação que trabalham os processos sociocognitivos, ou seja, processos cognitivos definidos pela estrutura da sociedade onde se desenvolvem, tornando o objeto social conhecido e real, daí surgem os processos de ancoragem e a objetivação.

As representações sociais são, como postula Moscovici (2010), criadas a partir de processos de ancoragem e de objetivação. Através da objetivação é possível transformar o abstrato em concreto, traduzindo um conceito a uma imagem ou palavras. O processo complementar à objetivação, ancoragem, diz respeito ao enraizamento social da representação e de seu objeto. A ancoragem permite a integração do objeto que está sendo representado à rede de pensamentos já

existente. Assim, ancorar é classificar e dar nome a alguma coisa, transformar algo estranho e perturbador a nosso sistema de categorias, comparando com um paradigma considerado como apropriado. Esses mecanismos favorecem a transformação do não-familiar em familiar.

Assim, as representações sociais são formas de conhecimento características da nossa era e expressam as diferenças na sociedade, na tentativa de produzir um sentido coletivo para representar algo. Portanto, não existe apenas uma, mas várias representações sociais de um mesmo tema (MOSCOVICI, 1978). Os conteúdos são retirados de um certo contexto e reorganizados, inserindo-o à cultura do grupo, transformando os elementos em metáforas, imagens e teorias do senso comum, esse processo Moscovici nomeou de reconstrução (2010).

Para Jodelet (2001) trata-se de uma abordagem que busca ampliar a visão com relação ao seu objeto e não apenas à sua simples descrição. A esse respeito, é importante mencionar que não é todo o fenômeno social que se torna objeto de representação, sendo necessário, para que isso ocorra, que este desperte interesse público, seja polêmico e polissêmico. Em outras palavras, é necessário que tal objeto faça parte do discurso social em fluxo, levando os grupos a produzirem “teorias do senso comum” no intuito de interagirem entre si e melhor relacionar-se com o objeto.

4. OBJETIVOS

4.1 Objetivo geral

Compreender as representações sociais quanto às drogas psicoativas, e como essas representações se inserem no cotidiano da polícia penal de Rio Branco-AC.

4.2 Objetivos específicos

- Descrever as características sociodemográficas dos participantes a fim de entender o grupo a qual pertence a representação social.
- Identificar a percepção dos policiais penais acerca do uso de drogas psicoativas lícitas e ilícitas.
- Identificar a percepção dos policiais penais sobre os usuários e dependentes de drogas.

- Identificar os desafios enfrentados por esses profissionais no ambiente prisional.

5. MÉTODO

5.1 Tipo de Estudo

Esse estudo foi realizado por meio da abordagem qualitativa. A pesquisa qualitativa se adapta melhor em uma investigação de cunho social, possui cinco características fundamentais: na qual se pretende estudar o significado da vida das pessoas, nas condições da vida real; representar as opiniões e perspectivas das pessoas de um estudo; abranger as condições contextuais em que as pessoas vivem; contribuir com revelações sobre conceitos existentes ou emergentes que podem ajudar a explicar o comportamento social humano; e se esforçar por usar múltiplas fontes de evidência em vez de se basear em uma única fonte (YIN, 2016). Nessa abordagem os dados não são apenas coletados, mas, construídos pelo pesquisador e pelos participantes (BAUER e GASKELL, 2017).

O presente estudo, buscou compreender que significados os policiais penais atribuem as drogas psicoativas e aos usuários dessas substâncias, empregando suas falas, definições, categorias, sentimentos e observações (MINAYO, 2010). A coleta dessas informações foi através de entrevistas semiestruturadas – são entrevistas abertas, que faz uso de um roteiro de perguntas previamente estabelecidas, mas flexível, que pode ser adaptada pelo pesquisador conforme o curso da conversa, os entrevistados possuem maior liberdade de verbalização (Gil, 2019). As entrevistas são utilizadas tanto como estratégia metodológica única quanto como estratégia de apoio, e são frequentemente empregadas com o objetivo de identificar os sentimentos, pensamentos, opiniões, crenças, valores, percepções e atitudes do entrevistado em relação a um ou mais fenômenos (GUAZI, 2021). Através dessa técnica, é possível, por exemplo, coletar dados a respeito do que as pessoas fazem, como fazem e os motivos pelos quais fazem o que fazem; é possível investigar o que as pessoas sentem e as circunstâncias sob as quais sentem o que sentem; é possível identificar tendências de se comportar de determinada forma, entre tantas outras possibilidades (MCGRATH; PALMGREN; LILJEDAHL, 2019).

A fim de caracterizar o perfil dos participantes da pesquisa, foi aplicado um questionário sociodemográfico, que foi analisado por meio de estatística descritiva simples, com auxílio de software Excel.

5.2 Local de Estudo

O estudo ocorreu no Complexo Penitenciário Francisco de Oliveira Conde (FOC), localizado na Estrada Dias Martins, nº 6700 em Rio Branco-AC.

Todo o complexo está sob direção do Instituto de Administração Penitenciária – IAPEN, criado a partir da lei nº 1.908 em 31 de julho de 2007, constitui-se em entidade autárquica, dotada de personalidade jurídica de direito público interno, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, tendo por finalidade humanizar, planejar, implementar, coordenar, fiscalizar e executar as diretrizes da política prisional, vinculada à secretaria de Estado da Justiça e dos Direitos Humanos (BRASIL, 2007). O complexo é dividido em duas unidades: a Unidade de Regime Provisório (URP) que possui 759 vagas, mas abriga em torno de 1.591 detentos, e a Unidade de Regime fechado (URF) conhecida popularmente como “chapa”, possui em reclusão, um total de 1.380 detentos, porém com um quantitativo de 735 vagas (IAPEN, 2022).

5.3 População.

O Estado do Acre possui um quadro de 1.177 policiais penais efetivos, distribuídos em todas as unidades penitenciárias do Estado. A estrutura organizacional da polícia penal é composta por: direção-geral, conselho, corregedoria, diretoria, departamento, divisão, coordenação e chefia. O policial penal é o profissional que coordena, executa e controla a ordem pública nos estabelecimentos prisionais, bem como vigilância, custódias, escoltas e revistas.

No Complexo Penal FOC, os policiais responsáveis pela segurança são divididos em 4 equipes, trabalham em uma escala de 24 horas com folga de 72 horas. Dessa maneira, a segurança da Unidade de Regime Fechado é executada por uma equipe contendo 22 policiais penais, assim como a Unidade de Regime Provisório é gerenciada por uma equipe de 30 policiais diariamente.

5.3.1 Participantes do estudo

Os participantes desse estudo foram os policiais penais que atuam no Complexo Penitenciário de Rio Branco-AC. O critério de seleção da amostra foi do tipo não probabilística, intencional, uma vez que considera os requisitos estabelecidos segundo a necessidade e o escopo da pesquisa. Nessa modalidade, os participantes foram selecionados por estarem mais disponíveis para participar da pesquisa, ou seja, o pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, assumindo que estes podem representar o universo (GIL, 2019). Os participantes foram do sexo masculino, pois a poucas policiais femininas que trabalham no FOC não aceitam participar, teve variabilidade de idade, e de diferentes setores da penitenciária.

O número de participantes foi de 20 policiais penais, considerando as características da pesquisa qualitativa. Os participantes foram entrevistados no seu ambiente de trabalho, individualmente, em um local que trouxe segurança e conforto. Porém devido ao pouco efetivo de policiais no ambiente, as entrevistas foram realizadas nos prédios no horário de trabalho, com o tempo disponível de cada participante. As entrevistas foram gravadas em equipamento de áudio, com a solicitação de autorização prévia do entrevistado e, posteriormente, foram integralmente transcritas para a análise.

Critérios de Inclusão:

- Ser do quadro de policiais penais do estado do Acre.
- Trabalhar como policial penal por no mínimo cinco anos.

Critérios de Exclusão:

- Policiais Penais trabalhando com desvio de função.
- Policiais Penais com afastamento por atestado médico.

5.4 Produção de Dados

Previamente a coleta de dados, a instituição que dirige e coordena o Complexo Penitenciário de Rio Branco-AC (IAPEN) foi contatada em busca da autorização para a realização da pesquisa, sendo apresentado os objetivos da pesquisa e a carta de anuência, a fim de obter uma autorização formal. Após a autorização da instituição,

os entrevistados foram convidados individualmente para a participação na pesquisa, sendo esclarecidos sobre o objetivo, a participação voluntária, a atenção com a integridade física, psicológica e social do participante, além dos aspectos éticos do anonimato. Quando teve interesse em participar do estudo, a equipe de pesquisa, conforme a disponibilidade do participante, apresentou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

As entrevistas foram previamente agendadas com data e horário, em consenso com os coordenadores da instituição conforme a disponibilidade para ser realizada a pesquisa. Dessa forma, a coleta de dados ocorreu por meio de uma entrevista seguindo um roteiro estruturado, onde foi gravada, mediante autorização do entrevistado, e a aplicação de um questionário sociodemográfico. As entrevistas, foram realizadas no período entre janeiro e fevereiro de 2024, tiveram duração média de 1 hora. As narrativas dos entrevistados foram gravadas e posteriormente transcritas em editor de texto eletrônico para viabilizar a análise.

Em um primeiro momento a pesquisa foi bem recebida pelos participantes, onde muitos ficaram bastante emocionados por poderem ter voz e apresentarem como realmente era seu ambiente de trabalho. No início foi agendado as entrevistas para ser realizado em ambiente reservado, porém com a falta de policiais nos plantões, os participantes não poderiam se ausentar de seus postos de trabalho, então a pesquisadora foi onde estavam os policiais, nos pavilhões e guaritas da penitenciária, pois quando foi perguntado se poderia ser realizado entrevistas online, a maioria não aceitou.

5.7 Análise de Dados

Conforme mencionado anteriormente, o referencial teórico-metodológico usado para a análise das informações, foi a Teoria das Representações Sociais, entendida como um conjunto de valores, de ideias e de práticas, que possui dupla função: primeiramente, habilitar os indivíduos para orientar-se em seu mundo social e material, e controlá-lo; em segundo lugar, possibilitar a comunicação entre membros de uma determinada comunidade, através de um código para interação social e um código atribuir significados dos aspectos de seu mundo e de sua história individual e grupal (MOSCOVICI, 1976).

Os dados foram organizados e analisados de acordo com o método de análise temática, que consiste nos seguintes procedimentos metodológicos: categorização, inferência, descrição e interpretação. Braun e Clarke, 2017 refere dois tipos de temas gerados com a AT: o tema cesta e o tema livro de histórias – esse apresenta-se plenamente completo, pronto -; sendo um tratamento interpretativo, criativo e perspicaz sobre os dados, com a imersão e o engajamento necessários. A flexibilidade – aspecto fundamental à pesquisa qualitativa – permanece vital na aplicação das etapas da AT e entendimento das perguntas de pesquisa (PATTON, 2015).

Há 6 fases da AT:

1) Familiarização com dados: ativa, gerando novas ideias e a identificação de possíveis padrões e significados. Há tomada de anotações ou marcação de ideias preliminares de codificação; lista rascunhada de ideias sobre o que sugerem os dados e o que há de interessante sobre eles.

2) Gerando códigos iniciais: os códigos identificam um aspecto dos dados (um conteúdo latente ou um conteúdo semântico) “o segmento, ou elemento, mais básico dos dados brutos que pode ser avaliado de maneira significativa com relação ao fenômeno”; os dados vão sendo organizados em grupos que congregam significados; identificando-se aspectos interessantes que podem formar a base de padrões repetidos (temas). Extrato é pedaço codificado de dados que foi identificado em um item e dele extraído (sem perder o contexto). O mapa temático – uma conceptualização abrangente dos padrões de dados e das relações entre eles - termina quando todos os dados foram inicialmente codificados e combinados, resultando em uma lista de diferentes códigos.

3) Buscando temas: classificar os diferentes códigos em temas em potencial, considerar de que modo códigos diferentes podem combinar para formar um tema abrangente. Usar representações visuais, para criar um mapa temático inicial; pensar em relações, sejam estas entre os códigos, entre os temas. Encerra-se com uma coleção de candidatos a temas e todos os extratos de dados tendo sido codificados com relação a eles.

4) Revisando os temas: refinamento dos temas; excluir os que não o são (quando não há dados suficientes para apoiá-los, ou se os dados são muito heterogêneos); ou agrupar dois temas em um único tema; ou podem precisar ser divididos. Lembrar que as categorias devem ter homogeneidade interna e heterogeneidade externa. Há dois níveis de revisão e refinamento dos temas: todos

os extratos, agrupados em cada tema (verificar se eles aparentam formar um padrão coerente); averiguar se os temas funcionam com relação ao banco (validade de cada um dos temas na relação com o banco de dados, mas também se o candidato a mapa temático reflete acuradamente os significados evidentes no banco com um todo; codificar qualquer dado adicional dentro dos temas que pode ter se perdido) e qual é a história que eles contam sobre os dados.

5) Definindo e nomeando os temas: definir e redefinir significa identificar a essência daquilo que cada tema trata, bem como o conjunto dos temas, e determinar qual aspecto dos dados cada tema captura; identificar o que é interessante sobre os dados e por quê; a história de que trata cada tema e como ela se encaixa na história maior. Descrever o escopo e o conteúdo de cada tema em poucas linhas.

6) Produzindo o relatório: análise final e escrita do relatório: contar a história complexa dos dados para convencer o leitor sobre o mérito e a validade da análise; descrição concisa, coerente e interessante sobre a história que os dados contam; as evidências são extratos de dados suficientes para demonstrar a prevalência do tema. Construir um argumento na relação com a pergunta de pesquisa.

A análise temática (AT) é amplamente usada na pesquisa qualitativa, oferece aos pesquisadores algo próximo de um método (uma ferramenta ou técnica teórica) em vez de uma metodologia (uma estrutura teoricamente informada para pesquisa), com considerável flexibilidade teórica e de design, os pesquisadores precisam se envolver em um pensamento conceitual e de design cuidadoso para produzir pesquisas AT com integridade metodológica (BRAUN e CLARKE, 2022).

6. ASPECTOS ÉTICOS

Esta pesquisa foi realizada segundo os preceitos da Declaração de Helsinque e do Código de Nuremberg, respeitando as Normas de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos. Atendendo à Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde – CNS, que contempla as Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisa envolvendo seres humanos, os participantes serão esclarecidos quanto aos aspectos referentes à pesquisa e à produção de dados. O presente projeto recebeu aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal do Acre, sob o protocolo número: 6.587.876. Foram cumpridos todos os procedimentos relacionados ao TCLE.

Os participantes do estudo foram esclarecidos sobre os objetivos da pesquisa, a existência de riscos ou desconfortos, a preservação do sigilo das informações e a possibilidade de desistência a qualquer momento sem prejuízos. Será assegurado o anonimato dos participantes e o esclarecimento quanto à utilização dos dados apenas para fins de trabalhos científicos.

De acordo com a resolução CNS nº 466/12, toda pesquisa científica com seres humanos envolve riscos em alguma gradação. Por tratar-se de uma pesquisa qualitativa que realiza entrevista, pode haver algum tipo de risco no aspecto físico e psicossocial, uma vez que podem ocorrer possíveis desconfortos ao responder determinados questionamentos. O desconforto pode ser um constrangimento que o participante poderá sofrer ao responder determinadas questões relacionadas a drogas e seus usuários. Pode haver ainda outro risco relacionado a uma possível quebra na confidencialidade dos dados e anonimato das participantes, durante a coleta de dados. Pode haver dano aos direitos de personalidade, com exposição indevida do nome e/ou imagem, o que pode agredir a intimidade, vida privada e/ou imagem do participante da pesquisa. Outro risco é a má interpretação dos dados, durante o procedimento de categorização para a análise temática.

Para minimização ou exclusão dos riscos foram adotadas as seguintes medidas: o participante não foi identificado ao responder aos questionamentos da entrevista; somente respondeu se concordar em fazer parte do estudo; a coleta das informações foi realizada em uma sala reservada. Caso, ocorresse algum desconforto físico (cansaço, dor) ou emocional durante a aplicação do formulário e entrevista, a atividade seria paralisada e retomada em outro momento caso seja da vontade do participante. Além disso, foi garantido ao participante a possibilidade de não responder questões que lhe causem constrangimento ou que considere invasiva à sua privacidade/intimidade, sem prejuízo para sua participação na pesquisa. Foi garantido ao participante o direito de retirar o consentimento, e desistir de participar da pesquisa a qualquer tempo, sem prejuízo ou dano de qualquer natureza ao participante.

Os pesquisadores garantem manter o mais amplo e irrestrito sigilo profissional sobre a identificação dos participantes, durante e após o término da pesquisa. Desse modo, a identidade pessoal de todos os participantes será excluída de todos e quaisquer produtos da pesquisa para fins de publicação científica. Todas as gravações (áudios ou vídeos) decorrentes da pesquisa foram armazenadas em um computador de uso exclusivo e somente os pesquisadores tiveram acesso ao mesmo.

7. RESULTADOS E DISCUSSÃO

7.1 Descrição dos Participantes

Participaram da pesquisa vinte policiais penais, todos do sexo masculino, as entrevistas foram realizadas no seu local de trabalho, de acordo com a disponibilidade de cada um. A idade variou de 33 a 52 anos. A maioria é natural de Rio Branco-AC, um é de Manaus-AM, um de Sena Madureira-AC, um de Porto Velho-RO, outro de Londrina-PR, um de Santana-PB. Em relação à raça, 15 policiais declararam-se pardos, 3 negros, um indígena e um branco. No tocante à escolaridade, 12 afirmaram que tinham nível superior completo, 4 superior incompleto, 2 com nível médio, e dois com pós-graduação em nível de mestrado. No que diz respeito à religião, 18 declararam-se Cristões, um Agnóstico e um Hinduísta. Quanto ao estado civil, 14 declararam-se casados/união estável, 4 solteiros e 2 divorciados. Sobre a renda, todos possuíam a mesma faixa de 5 salários-mínimos, em média. Quanto aos anos trabalhados como policial, variou de 7 a 20 anos, conforme ilustrado na tabela 1.

TABELA 1. Perfil dos Participantes do Estudo.

Variáveis	Nº
Sexo	
Masculino	20
Feminino	0
Idade	
20-30	0
31-40	06
41-50	12
51-60	02
Escolaridade	
Ensino Médio	02
Superior Incompleto	04
Superior Completo	12
Pós-graduação	04

Estado civil	
Casados/ União Estável	14
Solteiros	04
Divorciados	02
Anos trabalhados	
01-10 anos	04
10-20 anos	16
Religião	
Cristão	18
Hinduísta	01
Agnóstico	01
Raça	
Pardo	15
Negro	03
Branco	01
Indígena	01

7.2 Análise dos Temas

A partir das transcrições das entrevistas, de acordo com a técnica da Análise Temática (AT), emergiram 3 temas principais que refletem as representações sociais do grupo estudado. São os seguintes temas: O universo chamado sistema prisional como definidor de comportamentos; o uso de drogas no ambiente penitenciário; a sobrecarga emocional do trabalho no presídio.

7.2.1 O universo chamado Sistema Prisional como definidor de comportamentos.

Um dos temas que emergiu na análise temática evidenciando a representação social dos agentes a respeito do ambiente de trabalho foi o universo do sistema prisional determinando alguns comportamentos que são considerados aceitáveis e padronizados.

De acordo com os relatos analisados, percebeu-se que os policiais penais acreditam que a partir dos altos muros que circulam a penitenciária existe todo um universo presente no seu interior, com regras e leis próprias, com acordos e barganhas. Remetendo a teoria das representações sociais que busca produzir um sentido coletivo para representar algo (MOSCOVICI, 1978), esses agentes denominam esse universo de “Sistema “. Conforme observamos nos relatos abaixo:

“Porque a gente vê gente novinha [detentos] que chega aqui, né, e vai passando, passando e o próprio sistema vai destruindo com ele, tem anos de cadeia a cumprir, as vezes não sobrevive nem metade da pena [...]” (P14)

“O sistema é assim, as vezes você está de boa, do nada um cara diz que vai te matar, um cara que diz que vai matar a sua família, é no dia a dia. É arma que tem dentro das celas e você fica com medo de entrar ali no pavilhão muitas vezes.” (P18)

Observa-se no trecho abaixo, que o policial penal resume a sua representação de como esse sistema é na realidade, de acordo com suas experiências profissionais e sua visão de mundo. Pautando a complexidade do trabalho prisional, Monteiro (2018) em seu estudo discute que essa profissão precisa ser vivida para ser aprendida, e esse é um grande diferencial dos agentes penitenciários em relação a outros profissionais da segurança pública. Não é puramente técnico. Não é aprendido em livros (por mais que outras experiências ampliem a sua visão da situação). É a experiência e as relações interpessoais que possibilitam o saber necessário para a atuação nesse contexto.

“Chamamos aqui de “inferninho” porque tem uma conjunção de tudo que é ruim no ser humano, esse sistema é cruel, tudo aqui é moeda de troca, até um pão do café eles vendem, quem não obedece às leis deles aí dentro morre, tudo isso é normal aqui. É de conhecimento comum para nós policiais penais que eles estão presos porque querem, nos fingimos que vigiamos e eles fingem que estão presos [...]” (P19)

Durante a análise das entrevistas dos participantes, vários policiais relataram como era o ambiente prisional e como esse ambiente influenciava no seu cotidiano. Foi notado sentimentos de insatisfação e rejeição por parte dos agentes em relação ao seu ambiente de trabalho. Assim como um medo constante de uma tragédia acontecer, percebeu-se que esses profissionais estão sempre em estado de alerta.

“É um ambiente insalubre.” (P07)

“Esse ambiente, como posso definir...chamamos de “inferno na terra”, bastante cruel e opressor.” (P04)

“É péssimo, horrível, não vai melhorar nunca. A tendência é piorar sempre.” (P08)

“Uma bomba relógio, pode explodir a qualquer momento[...].” (P17)

Foi possível depreender a partir da teoria das representações sociais, que os participantes acreditam piamente que o ambiente prisional tem influência na maioria dos infortúnios ocorridos com essa classe. Além disso, eles pontuaram várias situações graves, que aconteceram e acontece com seus colegas recorrentemente, como exemplo do abuso de substâncias psicoativas, acidentes, tentativas de suicídios, assassinato.

“Ano passado ocorreu várias situações que liga um sinal vermelho, mas duas situações se sobrepõem, como é o caso do nosso colega que estava a três dias bebendo e acabou assassinando um jovem na expo Acre, outro é o caso do nosso outro colega que foi encontrado morto no motel, teve uma overdose com cocaína.” (P05)

“Esse ambiente influencia em certas ocorrências, policiais que não conseguem gerenciar os diversos problemas, e acabam externalizando no serviço, na família. Isso acarreta policiais que exageram no uso de entorpecentes, exageram no uso de bebidas alcoólicas e armados eles causam bastante estrago.” (P04)

“um exemplo vivo disso é o suicídio do nosso amigo e colega [...] tinha laudo de tratamento psiquiátrico e dependente químico. Mas aqui, esse ambiente, é cruel para todos. E mesmo assim, colocaram ele com acesso a arma e com munição letal. Acabou com ele tirando a vida naquela sala ali atrás.” (P04)

Foi percebido, através das falas, estresse, nervosismo, medo e ansiedade que esses profissionais sofrem no seu ambiente de trabalho. Além disso, nota-se que essas aflições sentidas influenciam e definem comportamentos adotados por eles dentro e fora do presídio.

“Infelizmente tem alguns aqui, que muitas vezes não consegue lidar com o estresse desse ambiente e encontra nas drogas uma fuga.” (P18)

“Nós só sabemos quando entramos [ambiente prisional], mas a gente não sabe se vai conseguir sair.” (P16)

“Esse ambiente é tenso. Têm uns colegas que ficam o tempo todo “escutei alguma coisa”, “esse preso é bem esquisito”, tem que falar, calma irmão, respira, toma uma água ali. Para com essa neura, com essa loucura aí e tal, faz mal para você cara.” (P03)

Permeando praticamente todos os relatos dos participantes, denotou-se uma intensa insatisfação com a estrutura física do presídio. Com relatos da estrutura precária e insalubre que acomete a maioria dos prédios do complexo penitenciário. Além disso, notou-se uma revolta com a gestão do Instituto penitenciário, pois esses policiais sentem-se abandonados e esquecidos pela administração, esse abandono reflete tanto na parte física do presídio, como na saúde de seus trabalhadores.

“Vários problemas dentro das celas mesmo, são celas quebradas, cela pichada, são buracos na parede que os próprios presos fazem aí em busca de ferro, outros em busca de fugir, né? É caótico.” (P19)

“Aqui a infraestrutura é péssima, não temos alojamentos adequados, falta material de limpeza, o básico muitas vezes temos que trazer de casa, antes era um bebedor pra 7 pavilhões, o cara tinha de andar muito pra buscar água, agora colocaram esses filtros, mas o que adianta se não possui manutenção e limpeza das caixas de água.” (P13)

“Eles não estão preocupados com a cadeia, só se preocupam com mídia, se o IAPEN está bem na página do Instagram. Um exemplo é a estrutura, é precária, o mato está para entrar em tudo, é cobra, rato, escorpião, mucura, tudo aparece aqui. Eles não estão preocupados com nada.” (P08)

Essas narrativas, revelam a dura realidade enfrentada por muitos policiais penais no Brasil: a precária infraestrutura do sistema prisional. Essa situação precária afeta não apenas a qualidade de vida dos agentes, mas também a segurança do presídio e a ressocialização dos detentos. Assim como, esse problema foi revelado no estudo de Silva (2020) onde as mulheres que vivem no cárcere representaram o ambiente prisional como insalubre e precário. A falta de material de limpeza, alojamentos inadequados e a precariedade das instalações sanitárias expõem os policiais penais a condições insalubres de trabalho, aumentando o risco de doenças e comprometendo sua saúde física e mental.

Nos discursos obtidos nas entrevistas, o sentimento de insegurança é constantemente observado nas falas, seja pela infraestrutura precária, pelos equipamentos de segurança ineptos e escassos, pela falta de apoio institucional ou pelo baixo efetivo de trabalhadores que não supre a real demanda, acarretando sobrecarga de trabalho e um serviço incompleto.

“Aqui, a segurança é precária, hoje estamos aqui no prédio. Aqui o mínimo de agentes era para ter 6 e tem 2 agentes para 180 presos.” (P02)

“A gente não tem munição real. Como somos policiais provisórios, não andamos armados com uma pistola.” (P02)

“Aqui temos somente dois fuzis, a maioria com balas de borracha, não temos poder de fogo para conter qualquer coisa, então eles não ultrapassam essa linha tênue, eles fingem que estão presos, e nos fingimos que comandamos algo aqui.” (P06)

Além disso, a frase seguinte revela o paradoxo da segurança no ambiente prisional. Apesar da constante ameaça de violência e rebeliões, os policiais penais podem paradoxalmente se sentir mais seguros dentro do presídio do que fora dele. Essa percepção complexa pode ser explicada por diversos fatores: costume com o risco do ambiente, a violência urbana, falta de reconhecimento e a maior probabilidade de se tornarem alvos de represálias e vingança de criminosos (NASCIMENTO, 2018).

“A segurança aqui, ela é bem relativa. Aqui é como uma zona de guerra, está tranquilo, mas a qualquer momento estoura, mas muitas vezes sentimos maior segurança aqui dentro, temos uma maior noção de que lado vem o ataque, quem é o inimigo, e lá fora não” (P05)

Além disso, foi observado que, no ambiente penitenciário há dois tipos de relações interpessoais; o relacionamento desses agentes com os detentos, no qual fica claro que existe um acordo de cavalheiros, que cada uma das partes colabora para que ocorra uma convivência pacífica naquele meio. o relacionamento desses agentes com os detentos, no qual fica claro que existe um acordo de cavalheiros, que cada uma das partes colabora para que ocorra uma convivência pacífica naquele meio. o relacionamento desses agentes com os detentos, no qual fica claro que existe um acordo de cavalheiros, que cada uma das partes colabora para que ocorra uma convivência pacífica naquele meio.

Conforme as entrevistas, no dia a dia, surge muitos conflitos e um deles é a crítica aos colegas sobre o comprometimento no que se refere à realização das tarefas, sendo que a percepção individual de como realizá-las entra em confronto com a percepção de como o outro lida com a dinâmica do trabalho gerando conflitos técnicos, éticos e relacionais. Desse modo, o trabalho com o colega é representado para esses profissionais como uma difícil e árdua tarefa a ser realizada diariamente. De acordo com os relatos, diversos fatores podem contribuir para a existência de problemas com os colegas no ambiente prisional, como: falta de treinamento

adequado, seleção inadequada de candidatos, más condições de trabalho, baixa remuneração, falta de reconhecimento profissional, e a própria cultura organizacional do sistema prisional. Observado nas falas a seguir:

“Tem colegas que dá mais trabalho que o preso [...]” (P01)

“Enquanto os presos cumprem nossas regras e as regras deles, a cadeia funciona.” (P03)

“[...]tem colegas que tá rolando o fuzueiro e o pau quebrando. A gente está correndo, está pegando 12, está passando rádio, está chamando reforço, aí olha o colega tá ali paralisado, parece que desliga. Não ajuda em nada” (P12)

“Tem colega que não tem noção de onde trabalha, estamos em uma prisão, não no mercado.” (P15)

Chauvenet (1994) em sua pesquisa realizada na França de 1993, apresenta que um dos resultados do ofício de guarda penitenciário é exatamente a ausência de “vocação”. O autor afirma: “Entra-se nesta situação de trabalho por razões negativas, quer dizer, pela precariedade dos empregos. Entra-se para ser funcionário público”. Essa análise também foi percebida nas entrevistas, em que vários dos entrevistados pontuaram que uma das motivações para entrar no sistema prisional era ser funcionário público e ter estabilidade financeira.

“nunca me imaginei ser agente penitenciário, mas foi o concurso que passei com 18 anos e estou aqui até hoje.” (P03)

“só estou esperando a aposentadoria, pra ir embora, a gente nunca quer ficar aqui dentro, trabalhar aqui, mas é o que tem, então continuamos aqui.” (P06)

Foi relatado que ocorre certos desvios entre os policiais, alguns colegas cometem crimes ou facilitam entrada de objetos e substâncias ilegais dentro do presídio, essa prática é denominada de “Corre”. Levando em consideração a teoria das representações sociais, essa prática de denominar situações e comportamentos,

reflete na busca do homem em compreender o mundo a sua volta e compartilhar esse conhecimento (JODELET, 2010).

Para os policiais essas práticas atrelam a uma má reputação e prejudica a imagem dos policiais frente a sociedade. A função do policial penal é complexa e desafiadora, ele atua em um ambiente de alta tensão, onde a segurança e o cumprimento da lei são primordiais, mas também deve zelar pelos direitos humanos dos presos e contribuir para sua ressocialização, tendo um papel importante e influente na execução penal (MONTEIRO, 2018). Porém, a violação e o incumprimento dos princípios éticos de um determinado grupo ou sociedade sobre algum fato ou acontecimento, embora não tenham um valor vinculativo, normativo ou positivado na lei, podem conduzir a uma sentença ética, traduzida num juízo moral, positivo ou negativo (TORRES, 2021).

Os autores SOUZA e NASCIMENTO (2023) em um experimento autoetnográfico sobre o trabalho na segurança prisional expuseram que a execução do trabalho na segurança prisional não está exclusivamente ligada às questões endógenas da profissão, sofrendo influência direta, também, da política de gestão prisional e das facções criminosas.

“Tem os colegas que fazem os “corre” por aí, onde eles trazem produtos ilícitos para dentro do presídio, e acabam vendendo aos presos, principalmente, maconha, tabaco, chips, que é o que a gente mais encontra dentro das celas.” (P05)

“Nós somos desvalorizados, somos taxados de bandidos e facilitadores, por um policial que entra com droga aqui dentro, todos os outros pagam a conta no final.” (P16)

Esses relatos revelam um dos aspectos mais obscuros e preocupantes do sistema prisional: a corrupção entre os próprios agentes penitenciários. Essa prática criminosa, representada pelos policiais penais como “corre”, coloca em risco a segurança do presídio, alimenta o tráfico de drogas e outros crimes dentro das celas, e mina a confiança na instituição como um todo.

Ainda nesse aspecto, os relatos mostram que o chamado “corre” representam os estigmas que a sociedade impõe aos policiais penais. Pois, essas práticas criminosas de realizar acordos com os presos de levar e trazer informações,

substâncias e objetos ilícitos, reforça o pensamento que predomina na sociedade, no qual, todos que trabalham naquele ambiente são corrompidos e imorais.

Anna Eriksson (2021) em sua pesquisa realizada em sete prisões na Austrália, descreve a forma depreciativa que o trabalho dos agentes prisionais é visto pela sociedade, apontando os estereótipos hostis relacionados a um trabalho que supostamente requer baixo nível de inteligência, configurando-se como uma profissão associada ao baixo nível salarial e educacional exigido, o que resulta na falta de prestígio ocupacional que provoca a sensação de marginalização. Para a autora, tal desvalorização está diretamente ligada à mácula do “trabalho sujo” executado por esses profissionais, sendo o contato permanente com prisioneiros a fonte da mácula social, física e moral impregnada na função. Eriksson argumenta que o “trabalho sujo” não é considerado sem importância pela sociedade, mas é comum perceber-se distanciado tanto desse trabalho como das pessoas que os fazem.

Assim também, esses policiais relatam que ocorre uma generalização social, no qual todos os policiais são taxados como criminosos e facilitadores, eles relatam também que muitas vezes omitem dos amigos e conhecidos, que são policiais penais, pelo medo do preconceito e das represálias que essa profissão representa, alguns relataram que a própria família rejeita essa profissão. Por sua vez, o ser humano é um ser social, que necessita de pertencimento, assim de acordo com a teoria das representações sociais, na busca de pertencer e compreender o universo a sua volta, o homem incorpora um conjunto de valores, crenças e prática, que dá um senso de identidade e segurança (MOSCOVICI, 2010). As representações desses estigmas são expostas a seguir:

“o que a sociedade faz é generalizar, entendeu? É como se todos nós fôssemos iguais, fôssemos “correrias”, colocasse drogas, arma para dentro do presídio, sendo que nem todos nós somos assim. Existem muitos de nós que respeitamos as leis.”
(P13)

“Assim, a gente é muito rejeitado, sabia? Pela sociedade, pelo governo, pelas outras polícias, às vezes até a própria família.” (P14)

“Até você comprar algo de maior valor, as pessoas já acham que você já está envolvido no crime, está fazendo os corre com os

presos, existe esse preconceito da sociedade e pelos próprios agentes, a sociedade que nos vê como facilitadores e corrompidos.” (P16)

Cabe destacar, que essas narrativas expressam um sentimento profundo de injustiça e incompreensão vivenciado por muitos policiais penais, revelam o sofrimento causado pela generalização negativa da profissão, que ignora a realidade complexa e multifacetada do trabalho desses profissionais, muitas vezes equiparados aos criminosos com quem trabalham. A visão estereotipada dos agentes penais como indivíduos brutos e corruptos gera estigmatização e preconceito na sociedade, dificultando o convívio social e o reconhecimento do valor do seu trabalho. Esses resultados também foram observados no estudo de Almeida, Enoque e Borges (2017) no qual foi apresentada uma representação social de preconceito, de estranhamento e de não reconhecimento e valorização enquanto agente penitenciário.

7.2.2 Uso de drogas no ambiente penitenciário

O objetivo principal do estudo baseou-se em compreender as representações sociais quanto ao uso de drogas, e como essas representações se inserem no cotidiano da polícia penal. De acordo com Moscovici (2010), como indivíduos comuns, sempre tendemos a fazer uma análise e considerar as ocorrências do mundo de maneira similar, principalmente quando se trata de um mundo literalmente social.

A droga como flagelo da sociedade.

Quando questionados acerca da definição de drogas, enquanto policiais penais, foi possível identificar a representação a partir dos relatos, emergiu o conceito principal, a droga como uma substância ilegal capaz de mudar a percepção da realidade.

Assim, as drogas são representadas para esses policiais como substâncias ilegais que modificam o comportamento e a percepção da realidade, ela transforma a pessoa em outra totalmente diferente, essa definição se incorpora em suas vivências e experiências diárias no presídio. Houve relatos das experiências com pessoas sob efeito dessas substâncias, tais usuários eram vistos como pessoas agressivas e

violentas, sem medo e audazes, também foi mencionado mudanças na aparência física deles.

As drogas também foram descritas como uma fuga da realidade, essa busca por alívio, muitas vezes, se dá de maneira ilícita, através do consumo de substâncias psicoativas, gerando diversos impactos na vida do indivíduo e da sociedade.

“A droga é uma maneira ilícita que a pessoa procura sair um pouquinho da realidade dela [...]” (P03)

“Uma droga é qualquer substância que altere o meu sentido psicológico. Na minha percepção, é qualquer coisa que possa tirar o ser humano do seu senso comum de juízo.” (P19)

“Todo mundo tem uma droga que se identifica, né? Quando eles (presos) estão usando droga, ficam agressivos, afrontosos, sem medo, são capazes de tudo” (P05)

Tal definição também foi encontrada no estudo de Oliveira e Bertoni (2022), no qual, profissionais da saúde mental representaram drogas como substâncias psicoativas que provocam alterações no estado de consciência, bem como nos aspectos comportamentais, de modo que potencializam o desenvolvimento de uma dependência. Assim como, essa representação foi exposta similarmente no estudo de Medeiros, Barros e Maciel (2020) com profissionais de saúde e universitários do estado da Paraíba.

Porém no estudo de Rodrigues et al. (2022) a representação social do uso de drogas psicoativas demonstrou que para as mulheres gestantes que são usuárias dessas substâncias, é evidente a falta de compreensão sobre as drogas ilícitas e ilegais, além das consequências do seu uso, para essas mulheres usuárias a droga é algo comum, que traz alívio e felicidade.

Outra definição representada entre esses policiais, foi a droga como um dos principais males da sociedade atual. A droga é representada para os agentes como a causa dos principais problemas sociais, como a criminalidade, as altas taxas de homicídio, a violência, a pobreza. Segundo eles, tudo isso está relacionado ao uso de drogas. Conforme as falas a seguir:

“Já vi vários casos de pessoas que roubaram a própria casa, a própria mãe, elas tiram da boca do filho para poder investir na droga, e elas sempre acabam aqui.” (P03)

“[...] ele começa a roubar ou entrar para uma facção criminosa e isso torna uma bola de neve e vai afetar todos nós, inclusive aqui daqui dentro da cadeia e lá fora.” (P13)

“A droga é a causa do alto número de reincidência do preso, do aumento da criminalidade, o aumento de crianças que entram para o crime. Tudo na sociedade piora. É um comportamento social que se torna banalizado.” (P19)

Contexto semelhante ao que aponta no estudo de Machado e Lino (2022), uma pesquisa sobre as representações sociais de autoridades da segurança e moradores dos bairros mais violentos de Rio Branco-AC sobre o crime organizado e o tráfico de drogas, revelou que o cenário é marcado pela violência associada ao tráfico e uso de drogas, além de revelar que essas organizações criminosas dominam as prisões e atuam diretamente nos bairros com os piores índices de desenvolvimento social e econômico.

A Droga como necessária nas prisões e o controle das facções.

Nos relatos presentes nas entrevistas, foi mencionado que a droga “controla” a cadeia e segundo eles, ela está presente em todos os meios, desde a primeira guarita de segurança até as celas de segurança máxima. Bem como, foi relatado o uso de drogas entre detentos em custódia e o uso de drogas entre os policiais penais.

“A droga, é o começo de tudo. Antes deles entrarem aqui, a droga já os controlava” (P09)

“A droga do policial é o clonazepam, é uma medicação restrita, mas é amplamente usada aqui, até mesmo os presos.” (P05)

“Tem colegas nossos que bebe quase todo dia, e ainda mistura com a cocaína pra vir trabalhar no outro dia.” (P17)

“[...] eles e nós vivemos num ambiente favorável, o consumo de droga é fácil, é de fácil acesso, entendeu? Porque a droga entra aqui com facilidade, e em grande quantidade” (P13)

Nas representações dos agentes a droga é o produto de maior valor de mercado na cadeia, quem tem acesso às drogas, quem a controla, tem o poder, com ela é possível ter lucro, pois lá dentro o valor é 5 vezes maior do que nas ruas; consegue mais comida, visto que também é moeda de troca, foi relatado que os presos trocam as três refeições que são fornecidas pelo estado pelas drogas.

“A única coisa que ele tem para trocar na droga é o quê? É o pão dele, é o café da manhã, é o almoço, é a janta. Eles vendem qualquer coisa para conseguir.” (P08)

Além disso, foi exposto que, muitas vezes, as dívidas de drogas são pagas com sexo, seja pelo próprio detendo devedor, ou pela família dele. Vários são os relatos dos policiais penais, que presenciaram esse comércio, afirmaram que tentam ajudar, proibem a família de visitar ou trocam o preso de cela, mas essa dívida sempre deve ser paga de uma maneira ou de outra, a última forma de pagar é com a vida.

“Quando eles chegam aqui, se endividam, vende a família, já pegamos muitas senhoras saindo chorando por que o filho vendeu elas, sexo pra pagar dívida de droga, a mãe, as irmãs, a esposa [...]” (P17)

“quase sempre é a mãe que eles vendem, é a presa mais fácil, uma mãe faz qualquer coisa para não ver o filho morto.” (P20)

O uso de drogas na cadeia, como foi mencionado pelos participantes, é totalmente indiscriminado. Apesar de serem substâncias proibidas no ambiente prisional, são apreendidas frequentemente em revistas diárias nas celas, tais revistas são necessárias para ter minimamente um controle. Entretanto, para os profissionais, para que o sistema continue a funcionar, as drogas precisam estar presentes, fica bem visível nos seus relatos a seguir:

“Esse lugar não é controlado pela polícia, nem pelas grades, o que controla esses presos são as drogas, e quem controla as drogas são as facções, ou seja, as facções que comandam tudo aqui, somos apenas fantoches.” (P06)

“Sempre falamos, quando acabar a droga aqui a cadeia pega fogo, o que mais controla eles aqui são as drogas, esse vício desgraçado” (P15)

“É como enxugar gelo, para cada um quilo de maconha apreendido, outros seis quilos estão bem escondidos na mesma cela.” (P07)

De acordo com as falas acima, o uso de drogas contribui para a manutenção de um ambiente pacífico, impedindo que os ânimos se tornem ainda mais acirrados, mantendo minimamente um controle do ambiente. Porém, quem tem o real poder são as facções, pois são elas que controlam a droga, dentro e fora da penitenciária.

O Perfil das Drogas Psicoativas na Cadeia.

Conforme relatado nas entrevistas, notou-se que a maconha é a principal droga presente no presídio, por seu baixo custo, sua fácil manipulação, tudo isso a torna a droga mais viável para ser comercializada e usada dentro da cadeia. Além disso, percebe-se que a maconha é algo banalizado para esses policiais, pois eles têm um contato diário com essas substâncias seja nas apreensões ou com o uso dos presos. Foi mencionado ainda a facilidade e criatividade com que é escondida.

“o que mais recolhemos aqui dentro é maconha, mas fácil de esconder e passar pela falsa segurança.” (P01)

“hoje tem uma gourmetização da maconha, que nem está aí o canabidiol ou os óleos essenciais. É um disfarce.” (P03)

“tem as drogas que entra pelos visitantes, tem os colegas que fazem os corre né, é principalmente a maconha, que é o que a gente mais encontra.” (P05)

“quando a gente passa na frente desses prédios o cheiro de maconha é forte, bem característico, você se torna um maconheiro passivo.” (P16)

Outra substância mencionada foi o álcool, que também é proibido dentro do sistema penitenciário. Porém, como tudo que é proibido naquele local, existem brechas e maneiras para que as regras sejam burladas. Como exemplo, foi relatado que os presos na busca de consumir essa bebida, conseguem fabricá-la artesanalmente dentro das celas, com produtos que eles recebem das visitas, como cascas de frutas, leite em pó, comida azeda... A partir daí esses produtos passam por uma fermentação, depois é aquecido, e o álcool é extraído a partir de um destilador artesanal de garrafa pet, resultando assim em uma substância alcoólica denominadas por eles de “maria-louca”, uma aguardente artesanal semelhante a cachaça. Observa-se nos relatos a seguir.

“eles pegam casca de frutas, banana, laranja, macaxeira, qualquer coisa que seja orgânica. eles fermentam, e aí ele tem todo um sistema lá que, eles montam com garrafas e tudo, e faz a destilação. No final, ele consegue extrair o álcool que é produzido dessa fermentação, a quem chama de Maria louca, não tem um sabor específico, mas o cheiro é de álcool mesmo.” (P05)

“Eles deixam as frutas apodrecer, criar fungos e deixam fermentar, é um processo artesanal, altamente inteligente e criativo, com todo tipo de coisa, entendeu? Aí eles colocam em garrafas pets, aí passa um bom tempo fermentando ali um bom tempo, e torna-se uma bebida alcoólica bem forte, que eles consomem normalmente e ficam totalmente embriagados.” (P13)

Corroborando com esses achados, a pesquisa realizada por Guimarães, Meneghel e Oliveira (2006) relata a experiência dos autores no sistema prisional, apontou um evento que não foi relatado na literatura pesquisada, que é a fabricação e o consumo de tipos de drogas específicas no interior das prisões, chamada de

drogas artesanais, foi relatado que é comum no interior das prisões Baianas a fabricação da chamada “Maria Louca”. Tais iniciativas por parte dos internos ratificam os achados da literatura de que, mesmo em uma prisão, na qual levantadas inúmeras barreiras para controlar e privar os sujeitos do mundo exterior, as pessoas privadas de liberdade desenvolvem uma série de estratégias de contra controle e para construir a própria realidade (LIMA, 2019).

Além disso, como observados nos relatos abaixo, nas representações dos policiais, o álcool é uma das piores drogas que existe, para eles, transforma o homem lúcido em outra pessoa, assim, definem o álcool como a principal causa de acidentes e tragédias, também mencionaram as consequências advindas do seu uso abusivo, nos seus aspectos orgânicos, profissionais, sociais e familiares.

“o álcool além de causar a dependência, acaba com a família e com o corpo, além de exercer mais uma carga para o sistema único.” (P06)

“Ele é um dos que mais mata, um dos que mais derrota a pessoa internamente.” (P12)

“O Álcool é mais vingativo, ele é depressor, já vi pessoas entrar em coma alcoólico, ele te mata mais rápido.” (P15)

De acordo com os relatos, o álcool é uma substância bastante usada pelos policiais penais, como um mecanismo de escape do estresse presente no ambiente de trabalho. Além disso, na representação dos policiais, os colegas que abusam do álcool são reconhecidamente alcoólatras. Foi mencionado também que tais profissionais não tem nenhum apoio por parte da instituição para tratamento ou aconselhamento, assim percebe-se que esse problema continua a repercutir em mais policiais, e se torna um ciclo vicioso.

“o estresse aqui é muito grande, quando o cara saí desses muros, eles caem na cachaça. Já teve dois casos de policiais morrerem de overdose, é daí pra pior.” (P08)

“Infelizmente tem alguns colegas aqui, que muitas vezes não consegue lidar com esse estresse e encontra no álcool uma fuga.” (P18)

“Aqui temos muitas vítimas do álcool, policiais reconhecidamente alcoólatras, que saem daqui vão beber, no outro dia ainda estão exalando o cheiro do álcool no trabalho, esse é um ciclo diário, e não temos ajuda nenhuma em relação a isso.” (P20)

Os relatos acima evidenciam a prevalência do alcoolismo entre os agentes penitenciários. Em muitos casos, o consumo excessivo de álcool se torna um mecanismo de fuga para lidar com o estresse crônico, as condições precárias de trabalho e os traumas vivenciados no dia a dia da profissão. Para eles, muitos colegas em busca de alívio para o sofrimento, recorre à bebida, perpetuando um problema que afeta sua saúde física e mental, prejudicando seu desempenho profissional e colocando em risco a segurança de si mesmo e dos demais. Como foi exposto nas entrevistas, a ausência de programas de prevenção, tratamento e acompanhamento especializado contribui para a perpetuação do problema, gerando sofrimento individual e comprometendo a segurança do sistema prisional como um todo.

Outra problemática mencionada nos relatos foi o uso indiscriminado de medicamentos de uso controlado, tanto por policiais penais quanto por detentos. Assim, existe uma comercialização e troca dessas medicações no ambiente prisional. Também foi relatada a automedicação, com ocorrências de vários eventos envolvendo superdosagem, bem como a dependência. Nas representações identificadas existe uma denominação criada pelos policiais e pelos detentos ao se referirem as medicações controladas, eles as chamam de “doidinhas”, desse modo, aludindo a teoria das representações sociais, tal denominação é realizada por um processo chamado “ancoragem”, que tem a função de dar sentido a um objeto inserido em um dado contexto, isto é, “ancorando” ideias estranhas em uma imagem ou categorias com proximidade e familiaridade ao contexto do indivíduo (MARTINS-SILVA et al.,2016)

“Aqui rola de tudo, depois da maconha e do craque, o que mais vicia são as “doidinhas”. (P07)

“as vezes quando eles (detentos) estão na abstinência e não tem como conseguir a droga, eles pegam algumas pílulas, como dipirona, paracetamol e alguns antialérgicos, moem e deixam só o pó e cheiram igual cocaína, deve dar o maior barato.” (P10)

“já teve situações da gente prestar primeiros socorros a presos que tomaram uma “doidinha” para tentar se matar, de preso com o lado do rosto paralisado, convulsionando e diversas situações...” (P12)

Os relatos apresentados abaixo, expõe a alta frequência de dependência entre esses profissionais, dados esses informados pelos próprios policiais. Esses casos, embora devam ser tratados com cautela, indicam um cenário preocupante, onde uma parcela importante dos agentes penitenciários está refém da compulsão por substâncias que alteram a mente e o comportamento. Além disso, foi descrito o uso de medicações como morfina, tramal, entre outros. Demonstrando com isso, a variedade de substâncias utilizadas pelos policiais penais, desde medicamentos controlados, como opioides e benzodiazepínicos, até drogas ilícitas. A busca por escape da realidade leva esses indivíduos a se submeterem aos perigos da dependência.

“80% dos policiais daqui são viciados em algo, as lícitas e ilícitas [...] tem cara aqui que usa várias tarjas pretas, medicação de todo jeito, aqui tem cara que é viciado em Morfina, outro era viciado em Tramal.” (P16)

“Tem essa questão da adoção da categoria (policiais) por carbamazepínicos e tem vários colegas que fazem uso de outros medicamentos até mais pesados.” (P05)

As Máscaras da Dependência Química.

Notou-se uma conformidade em relação ao uso o de drogas, foi caracterizado como algo corriqueiro para eles, conforme os relatos, os policiais penais veem a dependência como um definidor de comportamentos, e mudanças de atitudes, também definem a dependência como uma necessidade fisiológica do indivíduo que é usuário de drogas. Partindo da teoria das representações sociais, que são como uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, tendo uma visão prática e concorrendo para a construção de uma realidade comum a um conjunto social, podemos compreender que essa é a representação de dependência para esses policiais.

“dependência é quando o indivíduo não se controla mais, e faz de tudo para ter aquilo, até roubar e matar para ter o prazer de usar.” (P07)

“É quando a pessoa depende da droga para sobreviver, igual dependemos da água e do alimento, acha que tá sobrevivendo, mas tá se acabando aos poucos.” (P09)

Do mesmo modo, a frase apresentada abaixo reflete uma crítica contundente à desigualdade de tratamento que existe na sociedade em relação aos dependentes químicos, dependendo de sua classe social. Essa percepção evidencia como o preconceito não está apenas associado ao uso de substâncias, mas também à posição social do indivíduo.

“na sociedade existe esse preconceito com os dependentes, mas isso só acontece com uma parcela da população, é aquela história, quando é pobre é noiado, quando é rico é doente.” (P03)

O termo "noiado", usado de forma pejorativa, é comumente atribuído a pessoas pobres que enfrentam problemas com drogas. Ele carrega um estigma que desumaniza o indivíduo e reforça preconceitos, associados a marginalização e a criminalidade. Por outro lado, quando a mesma situação ocorre em classes sociais mais altas, o problema é geralmente enquadrado como uma "doença" ou "condição médica" que merece cuidado e empatia. Isso demonstra como o julgamento moral é frequentemente aplicado de forma desigual, perpetuando a exclusão social. Na camada mais pobre da população, o uso de drogas é muitas vezes tratado como um problema criminal em vez de um problema de saúde pública (ALVES, 2020). Os dependentes químicos são vistos como pessoas sem moral ou caráter, e a solução apresentada frequentemente envolve repressão e punição. Isso pode ser observado no encarceramento em massa de pessoas pobres envolvidas com drogas, muitas vezes por pequenos delitos ou consumo (CAMARGO, 2022).

De maneira surpreendente, no decorrer das entrevistas, um entrevistado relatou a sua própria vivência com a dependência química, sendo possível observar sua perspectiva como usuário, enfatizando a experiência que mais o marcou nesse tempo como dependente químico:

“Eu já fui dependente, é complicado. As coisas que já fiz e já falei por conta da droga, é até difícil falar. Depois que a droga está no seu organismo, você tem que estar usando o tempo todo, só aquilo que te traz felicidade e paz. O seu próprio corpo começa a te trair, pede por aquilo, mesmo você não querendo, você se torna um escravo da própria vontade.” (P09)

“Então dependência para mim que tenho experiência prática, é a perda do livre arbítrio, a perda do seu poder de escolha, você tenta sair daquilo, tenta resistir, mas não consegue. A minha virada de chave, foi quando estava a três dias na rua usando, sem comer e beber, porque essas coisas se tornam irrelevantes, a gente não liga, foi quando me vi no chão comendo um resto de salgado que estava jogado, aquele ponto foi o pior.” (P09)

Diante das falas anteriores, observa-se que a dependência possui uma definição mais complexa sob o olhar de um usuário. A fala em questão, carregada de emoção e vivência, traz à tona a complexa realidade da dependência química e seus impactos na vida do indivíduo. O entrevistado descreve a perda do livre arbítrio como a essência da dependência, relatando a angústia da luta contra a compulsão e a impotência diante da substância que o aprisiona e o escraviza. É possível inferir que a substância se torna o centro da vida, ditando prioridades e consumindo a autonomia individual.

A frase "você tenta sair daquilo, tenta resistir, mas não consegue" descreve a difícil batalha travada pelo dependente contra a compulsão, assim, a vontade de se libertar colide com a força avassaladora da substância, gerando um ciclo de tentativas frustradas e sofrimento. O relato desse entrevistado demonstra que a dependência vai além de uma escolha individual, outros fatores como: biológicos, sociais e psicológicos, contribuem para o desenvolvimento da doença, tornando esse ciclo vicioso difícil de quebrar.

A sobrecarga emocional do trabalho no presídio.

Como já foi relatado anteriormente, o ambiente prisional é um ambiente altamente estressante, esse estresse recai principalmente em seus trabalhadores, a grande maioria relatou que o estresse é o principal problema dessa profissão, o ambiente possui um peso espiritual e uma pressão constante que influencia no comportamento e atitudes desses profissionais. Conforme as falas a seguir:

“O estresse aqui é constante, todo o nervosismo que a gente passa, né? Tudo isso caleja uma pessoa” (P01)

“Então é espiritual mesmo. É um clima que fica pesado. Se você começar a vim constantemente você vai perceber, o estresse acumula, o medo, o nervoso, tudo isso acaba com a mente do cara.” (P09)

“se você fizer a entrevista com a maioria, todos aqui estão estressados, perdem sono, estão em estados de alerta constante, tudo isso acumula e o cara estoura, vai parar nos vícios para aliviar tudo isso.” (P17)

Ainda sobre os relatos abaixo, essa sensação de peso, expressa pelos policiais, muitas vezes carregada de medo, nervosismo e estresse, é resultado da constante exposição à violência, à criminalidade e à degradação humana. A repetição dessas experiências, sem tempo para descanso e recuperação, pode levar ao acúmulo de stress, à exaustão emocional e ao sofrimento psíquico (DE CARVALHO, PORTO e DE SOUZA, 2020).

De acordo com os relatos dos agentes penitenciários, no que tange a saúde mental, a ansiedade foi a mais representadas para esses profissionais, as entrevistas revelaram que a maioria, de alguma forma, sentem ansiedade no decorrer de suas atividades laborais. As falas revelam que a ansiedade, muitas vezes, ultrapassa os limites do sistema prisional, chegando, inclusive, nos domínios familiar e pessoal. Tal realidade pode ser observada nos apontamentos apresentados a seguir:

“A gente, quando está aqui dentro não temos contato com o mundo lá fora, estamos presos igualmente, isso gera aquela ansiedade, medo do que vai acontecer aqui, medo do que está acontecendo lá fora.” (P09)

“tenho ansiedade, depressão, só consigo dormir com medicação, tudo isso adquiri aqui dentro.” (P11)

“esse lugar destrói com o psicológico da pessoa, tem tanta gente ruim, acontece coisas horríveis aí dentro, então tudo pesa, e acumula na gente, a ansiedade e a depressão são os piores.” (P17)

Neste mesmo ponto, de acordo com as entrevistas, a depressão foi representada como uma das principais doenças que afetam essa profissão, para eles o ambiente é o maior influenciador. Além disso, vários foram os relatos de diversos eventos traumáticos que ocorrem diariamente no presídio, citaram como exemplo as mortes com crueldade, decapitação, estripação, estupro, perseguição, motins. A depressão, para os policiais penais, é algo estigmatizado, relataram que tem dificuldade em buscar ajuda por vergonha e medo de serem rotulados como fracos, isso demonstra a representação da depressão como um sinal de fraqueza, vulnerabilidade, algo que não é aceitável para a profissão, que preza pela imagem de força e virilidade. Assumir uma doença como a depressão é assumir uma debilidade, algo que pode macular sua imagem frente aos colegas e aos detentos. Essas doenças também foram abordadas no estudo de Oliveira et al, (2023), que analisaram o impacto que as doenças psicológicas, como depressão e burnout, geram nos profissionais do ambiente prisional.

“Aqui os caras (policiais) são tudo doente da cabeça, esse lugar destrói com a gente, mesmo estando desse lado das grades. Começa com uma ansiedade e parte para a depressão.” (P06)

“sempre achamos que isso é frescura, é rotulado como fraqueza, principalmente para os homens. A gente vê o cara (policia) ruim aqui, mas ele nunca pede ajuda.” (P07)

“tem vários casos de cara (policial) ruim de depressão aqui, cara que mata a mulher em surto, mata alguém, se envolve em acidentes bêbado, é esse lugar, tem um coisa ruim aqui, que nos persegue e quer nos levar para o lugar dos presos ou mortos.”

Quando questionados acerca do apoio e ajuda psicossocial da instituição, esses agentes relataram que existe um núcleo de apoio, mas a ajuda não é realmente efetivada, outros relataram que desconhecem qualquer oferta de ajuda, e, que, quando precisam de ajuda médica, tudo é por conta própria. Além do mais, reforçaram a necessidade de ter um acompanhamento psicológico para a categoria, uma triagem e busca de casos, para prevenir e tratar as aflições mentais que eles tanto sofrem. Também foi observado, sentimentos de abandono e insatisfação com as esferas superiores da segurança pública. Esse abandono é perceptível nas falas, quando relatam que a gestão e a administração não estão preocupadas com a saúde mental desses policiais, que não oferecem serviços efetivos para o acompanhamento e tratamento.

“Não temos nenhum apoio psicológico, o IAPEN finge que tem um apoio psicossocial lá na sede, mas só serve pra ocupar as salas, quando um dos nossos colegas precisa de ajuda é necessário recorrer com contas próprias, por isso demoram tanto pra procurar ajuda.” (P03)

“não temos ninguém que olhe por nos policiais prediais (pavilhões). Aqui que acontece tudo, não temos nenhum apoio para a saúde, principalmente a saúde mental que mais de 80% do efetivo precisa de ajuda profissional.” (P13)

“A gestão não está preocupa se o efetivo está ‘fudido’ da cabeça, estão preocupados só se tem mão de obra, aí quando um policial atira em alguém ou em si próprio, e a mídia cai matando, aí eles fingem que se preocupam.” (P08)

“Temos vários policiais afastados com problemas psicológicos, que só saíram porque estavam no limite. Todo homem tem dificuldade em procurar ajuda independente do que seja.” (P11)

Tais relatos revelam a grave carência de apoio psicológico para os policiais penais. O IAPEN, responsável pelo sistema prisional, não investe suficientemente em

recursos humanos, infraestrutura e materiais adequados para oferecer um serviço de psicologia e social de qualidade aos agentes penais. Essa falta de suporte gera diversos impactos negativos na saúde mental, no bem-estar e na produtividade desses profissionais (NASCIMENTO, 2022).

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi compreender as representações sociais quanto às drogas psicoativas, e como essas representações se inserem no cotidiano da polícia penal. A análise realizada permitiu observar que, no âmbito da referida atividade, algumas problemáticas vinculadas às questões das drogas fazem-se presentes. Notou-se que esses policiais possuem conhecimento teórico e prático sobre as drogas psicoativas, através de suas experiências no próprio ambiente de trabalho. As drogas foram representadas por esses policiais como substâncias capazes de mudar o comportamento do indivíduo, além disso, as drogas também foram descritas como uma fuga da realidade e dos problemas, além de culpabilizar como a principal causas de vários problemas sociais.

As representações sociais sobre drogas entre os policiais penais são complexas e multifacetadas, influenciadas por diversos fatores. Através da compreensão dessas representações, podemos identificar desafios e oportunidades para promover uma abordagem mais abrangente e humanizada da questão do uso de drogas no ambiente prisional, buscando soluções que considerem a saúde pública, a redução de danos e os direitos humanos.

É importante também ressaltar a importância da teoria das Representações Sociais de Moscovici para esse estudo, pois por meio dela, foi possível analisar como essa temática é representada para esses profissionais, além de identificar quais as representações sociais dadas ao uso e a dependência de drogas, e como este funciona enquanto um processo de ancoragem em torno do conceito de drogas psicoativa lícitas e ilícitas. As Representações Sociais também nos mostram o quão importante são os saberes sociais para essa profissão e o quanto esse conhecimento é repassado dentro do sistema prisional, tornando-se algo concreto para eles.

Nesse estudo também foram apresentados eventos críticos trazidos e identificados pelos policiais penais entrevistados, que foram as dificuldades nas relações de poder com a gestão do sistema prisional Acreano, o pouco efetivo de

trabalhadores para cumprir com os procedimentos exigidos no ambiente, sobrecarregando os efetivos presentes, acarretando adoecimento físico e mental. Além disso, foram relatados, o intenso estresse e a violência presente no cotidiano do trabalho com os apenados e colegas de profissão, além das relações interpessoais na cadeia e fora dela.

Notou-se que esses profissionais são caracterizados por um desgaste físico e mental relacionado a atividade do trabalho, em que acabam manifestando-se em forma de agressividade, sintomas de ansiedade, dificuldade de dormir, automedicações e em alguns casos uso abusivo de álcool e outras substâncias. Para realizar a análise das entrevistas buscamos olhar para o trabalhador considerando toda a complexidade das variáveis do ambiente, valores individuais e coletivos, a construção histórica do cárcere e da função social que ele exerce na sociedade e assim enxergando o policial penal para além da sua representação social de profissional da segurança prisional em nome do estado, mas como um trabalhador que também sofre as consequências do aprisionamento e reage a elas.

Por fim, a profissão do agente de segurança penitenciário mostrou-se entendida, muitas vezes, de forma errônea pela sociedade. São trabalhadores atravessados pelos seus valores buscando dá conta de uma atividade complexa em um ambiente que tem estresse, agressividade, estado de alerta e vigilância constante, buscando dá conta dessa carga e exercer saudavelmente essas atividades. Por sua vez, ficou explícito nos relatos uma representação social de preconceito e estranhamento pela sociedade para com essas profissionais. Ficou bastantes claro nas entrevistas, a desvalorização e o estigma que esses policiais enfrentam na sociedade.

Quanto as limitações da pesquisa, tem a necessidade de mais estudos dessa profissão na literatura, ocorreu bastante dificuldades em encontrar literatura relevante para a discussão e a montagem do referencial teórico da pesquisa. Durante a realização das entrevistas houve recusa de participação das policiais penais do sexo feminino, no qual eram poucas profissionais atuando e não tinha tempo para participar durante o horário de trabalho e não aceitaram participar em outro local ou via remota, por conta disso ocorre a falta de representação do sexo feminino nesse estudo. Além do mais, percebeu-se medo e receio ao discutir assuntos sensíveis como o tráfico e facções criminosas, por conta das represálias. Também, foi possível perceber o receio dos policiais penais provisórios em relatar os problemas que ocorriam no ambiente,

por terem um contrato temporário com a instituição, eles não se sentiam seguros em discutir assuntos relacionados a gestão. Além disso, para conseguir realizar as entrevistas, a pesquisadora teve que adentrar nas área dos pavilhões, onde se encontravam a maioria dos policiais penais, onde há pouca segurança e bastante risco, pois com o pouco efetivo disponível, esses policiais não podiam se afastar dos seus postos para participar da pesquisa, e também não aceitaram participar via remota ou em outro local, o principal motivo desse problema se dá pelo estado de alerta constante e intensa desconfiança que esses profissionais sofrem.

No que se associa às contribuições gerenciais, torna-se evidente a necessidade de uma atenção especial ao público investigado em relação ao seu bem-estar físico e psicológico. Destarte, uma das contribuições práticas é a implementação de medidas de promoção da saúde dos servidores. Isso pode incluir programas de bem-estar físico e mental, como atividades de exercícios físicos, sessões de terapia ou aconselhamento psicológico, e a criação de espaços de relaxamento e apoio. Ao investir na saúde e no bem-estar dos agentes penitenciários, a instituição contribuirá para a melhoria de sua qualidade de vida e, por consequência, para um ambiente de trabalho mais saudável e produtivo.

REFERENCIAS

ANDRADE, Arthur Guerra et al. I levantamento nacional sobre o uso de álcool, tabaco e outras drogas entre universitários das 27 capitais brasileiras. **Brasília: Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas**, v. 1, p. 284, 2010.

ALVES, Isabela Galvão Fernandes et al. Educação em saúde com adolescentes em situação de vulnerabilidade: relatos sobre saúde, saúde mental e uso de drogas. **Interfaces-Revista de Extensão da UFMG**, p. 307-330, 2020.

Azevedo, R. e L. Hypolito (2016). Impacto da Lei 11.343/06 no Encarceramento e Possíveis Alternativas. Em: E. Carvalho e G. Ávila. *10 anos da Lei de Drogas: aspectos criminológicos, dogmáticos e político-criminais*. Belo Horizonte: D'Plácido, pp. 243-262.

AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de; HYPOLITO, Laura Girardi. A política criminal de drogas no Brasil. Um estudo contemporâneo sobre a legislação e seus impactos. **Revista de Ciencias Sociales**, v. 36, n. 53, p. 63-88, 2023.

BARCINSKI, Mariana; ALTENBERND, Bibiana; CAMPANI, Cristiane. Entre cuidar e vigiar: ambiguidades e contradições no discurso de uma agente penitenciária. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, p. 2245-2254, 2014.

BASTOS, Francisco Inácio Pinkusfeld Monteiro et al. III Levantamento Nacional sobre o uso de drogas pela população brasileira. **Rio de Janeiro: FIOCRUZ/ICICT**. p.528. 2017.

BAUER, Martin W.; GASKELL, Jorge. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Editora Vozes Limitada, 2017.

BRASIL, Lei nº 1.908 em 31 de julho de 2007, Criação do Instituto de Administração Penitenciária do Acre. **Diário Oficial**, Rio Branco, 2007.

BRASIL. EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 104 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2019. Altera o inciso XIV do caput do art. 21, o § 4º do art. 32 e o art. 144 da Constituição Federal, para criar as polícias penais federal, estaduais e distrital. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2019.

BRASIL. Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. **OPAS/OMS e UNODC expressam preocupação com as ações sobre drogas em São Paulo**. 2017.

BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. Conceptual and design thinking for thematic analysis. **Qualitative Psychology**, v. 9, n. 1, p. 3, 2022.

CAMARGO, Paola de Oliveira et al. Políticas públicas e sociais frente à vulnerabilidade social no território da Cracolândia. **Saúde e Sociedade**, v. 31, p. e200969, 2022.

CARNEIRO, Henrique. **Drogas: a história do proibicionismo**. Editora Autonomia Literária LTDA-ME, 2018.

CARVALHO, Vilobaldo Adelídio de; VIEIRA, Acácio de Castro. Polícia Penal no Brasil: realidade, debates e possíveis reflexos na segurança pública. **Revista Brasileira de Execução Penal**, v. 1, n. 2, p. 273-297, 2020.

CAVALCANTE, Ricardo Bezerra; CALIXTO, Pedro; PINHEIRO, Marta Macedo Kerr. Análise de conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método. **Informação & sociedade: estudos**, v. 24, n. 1, 2014.

CASTANHA, Alessandra Ramos; ARAÚJO, Ludgleydson Fernandes de. Álcool e agentes comunitários de saúde: um estudo das representações sociais. **Psico-USF**, v. 11, p. 85-94, 2006.

CHAUVENET, Antoinette. Le monde des surveillants de prison. **(No Title)**, 1994.

DE ARAUJO, Claudineia Matos; VIEIRA, Carla Xavier; MASCARENHAS, Claudio Henrique Meira. Prevalência do consumo de drogas lícitas e ilícitas por estudantes universitários. **SMAD, Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas (Edição em português)**, v. 14, n. 3, p. 144-150, 2018.

DE ALMEIDA, Lorrana Laila Silva; ENOQUE, Alessandro Gomes; BORGES, Alex Fernando. “Por Trás dos Muros...”: Representações Sociais de Gênero de Agentes de Segurança Penitenciária. **Revista Gestão & Conexões**, v. 6, n. 2, p. 101-133, 2017.

DE CARVALHO, Laura Oliveira Rolim; PORTO, Rodolfo de Melo; DE SOUSA, Milena Nunes Alves. Sofrimento psicológico, fatores precipitantes e dificuldades no enfrentamento da síndrome de Burnout em policiais militares. **Revista Brasileira de Saúde**, v. 3, n. 5, pág. 15202-15214, 2020.

DE OLIVEIRA, Agostinha Mafalda Barra et al. “Além das grades”: explorando a influência das variáveis sociodemográficas na Síndrome de Burnout e depressão dos agentes prisionais. **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 14, n. 8, p. 12355-12376, 2023.

DA SILVA, Juliana Alves et al. Representações sociais de mulheres que vivem no cárcere relacionadas as mudanças no ciclo menstrual. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 8, p. 59218-59227, 2020.

DE OLIVEIRA, Janderson Carneiro; BERTONI, Luci Mara. Usos de Drogas: Representações Sociais dos Profissionais de Saúde Mental de um CAPS AD do Nordeste do Brasil. **Revista Psicologia e Saúde**, p. 175-190, 2022.

DE SOUSA, Nando Rodrigues; DE MELO NASCIMENTO, Francisco Elionardo. Entrar e permanecer na prisão: reflexões autoetnográficas do trabalho na segurança prisional. **O Público e o Privado**, v. 21, n. 45, p. 17-39, 2023.

DEPEN. **Levantamento nacional de informações penitenciárias**: Infopen. Brasília, DF: Depen/MJSP, 2020.

DIMENSTEIN, Magda et al. Uso abusivo de álcool e outras drogas entre trabalhadores do sistema prisional. **Revista Psicologia Organizações e Trabalho**, v. 17, n. 1, p. 62-70, 2017.

DORES, António Pedro. Presos são eles; presos estamos nós. **Revista Eletrônica da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas**, v. 4, n. 1, p. 13-46, 2018.

DOTTI, A. Curso de Direito Penal: parte geral. São Paulo: Thomson Reuters, Brasil, 2018.

ERIKSSON, Anna. A mácula do outro: o trabalho prisional como 'trabalho sujo' na Austrália. **Punishment & Society**, v. 25, n. 2, p. 324-342, 2023.

FERNANDES, Thaís Ferraz et al. Uso de substâncias psicoativas entre universitários brasileiros: perfil epidemiológico, contextos de uso e limitações metodológicas dos estudos. **Cadernos Saúde Coletiva**, v. 25, p. 498-507, 2017.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de conteúdo**. Autores Associados, 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7 ed. Editora Atlas SA, 2019.

GOFFMAN, Erving. Estigma: notas sobre a manipulação da Identidade Deteriorada (1963). **Editora LTC**, 2008.

GOMES, Erika Ravena Batista; BRILHANTE, Aline Veras Morais. Contações femininas: gênero e percepções de mulheres dependentes químicas. **Saúde e Sociedade**, v. 30, 2021.

GUARESCHI, Pedrinho. Apresentação à Edição Brasileira. IN.: MOSCOVICI, Serge. **Psicanálise, sua imagem e seu público**. Tradução: Sônia Fuhrmann. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

GUAZI, Taísa Scarpin. Diretrizes para o uso de entrevistas semiestruturadas em investigações científicas. **Revista Educação, Pesquisa e Inclusão**, v. 2, 2021.

GUIMARÃES, Cristian Fabiano; MENEGHEL, Stela Nazareth; OLIVEIRA, Carmen Silveira de. Subjetividade e estratégias de resistência na prisão. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 26, p. 632-645, 2006.

HEPBURN, John R.; CREPIN, Ann E. Relationship strategies in a coercive institution: A study of dependence among prison guards. **Journal of Social and Personal relationships**, v. 1, n. 2, p. 139-157, 1984.

IAPEN, Instituto de Administração Penitenciária. **Relatório Anual de quantitativo de detentos**. Acre, 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE)**. 2022.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. **As representações sociais**, v. 17, n. 44, p. 1-21, 2001.

LEFEVRE, Fernando; LEFEVRE, Ana Maria Cavalcanti. Discurso do sujeito coletivo: representações sociais e intervenções comunicativas. **Texto & Contexto-Enfermagem**, v. 23, p. 502-507, 2014.

LIMA, Sheila Silva. O cuidado aos usuários de drogas em situação de privação de liberdade. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 29, p. e290305, 2019.

LOPES, Rosalice. Psicologia jurídica o cotidiano da violência: o trabalho do agente de segurança penitenciária nas instituições prisionais. **Psicologia para América Latina**, p. 0-0, 2002.

LOURENÇO, Luiz Claudio. Batendo a tranca: Impactos do encarceramento em agentes penitenciários da Região Metropolitana de Belo Horizonte. **Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 3, n. 10, p. 11-31, 2010.

MACHADO, Bruno Amaral; LINO, Luísa Amelia. Imaginários e Representações Sociais acerca da violência e do crime organizado em Rio Branco (Acre, Brasil). **Quaestio Iuris (QI)**, v. 15, n. 4, 2022.

MARTINS-SILVA, Priscilla de Oliveira et al. Teoria das representações sociais nos estudos organizacionais no Brasil: análise bibliométrica de 2001 a 2014. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 14, n. 4, p. 891-919, 2016.

MEDEIROS, Katrucky Tenório; DE BARROS, Márcia Maria Mont'Alverne; MACIEL, Silvana Carneiro. Representações sociais sobre mulher e mulher usuária de drogas. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 72, n. 3, p. 19-34, 2020.

MCGRATH, Cormac; PALMGREN, Per J.; LILJEDAHL, Matilda. Twelve tips for conducting qualitative research interviews. **Medical teacher**, v. 41, n. 9, p. 1002-1006, 2019.

MINAYO, Maria Cecilia de Souza. **O desafio do conhecimento: metodologia de pesquisa social em saúde**. Rio de Janeiro: Editora Hucitec, 2010.

MONTEIRO, Rodrigo Padrini; ARAÚJO, José Newton Garcia. "Manicômio judiciário e agentes penitenciários: Entre reprimir e cuidar". **Psicologia: Ciência e Profissão**, vol. 38, pp. 144-158, 2018.

MORAES, Pedro R. A identidade e o papel de agentes penitenciários. **Tempo Social**, v. 25, p. 131-147, 2013.

MOSCOVICI, Serge. La psychanalyse, son image et son public. **Presses universitaires de France**, 1976.

NASCIMENTO, Francisco Elionardo de Melo. "Pesquisa e trabalho no cárcere: Desafios da pesquisa e do trabalho dos agentes penitenciários na prisão". **Vivência: Revista de Antropologia**, v. 1, n. 51, 2018.

NASCIMENTO, Francisco Elionardo de Melo. De carcereiro a policial penal: Entre nomenclaturas, imagem social e atribuições. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 15, n. 03, p. 883-910, 2022.

NOGUEIRA, Karine; DI GRILLO, Marcelo. Teoria das Representações Sociais: história, processos e abordagens. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 9, p. e146996756-e146996756, 2020.

OLIVEIRA, Adely Roberta. Meireles. O. et al. A prisionização de agentes penitenciários e seus efeitos sobre a função reintegradora da pena privativa de liberdade. **Sistema prisional: Teoria e pesquisa**, p. 255-278, 2017.

OLIVEIRA, Victor Neiva; RIBEIRO, Ludmila Mendonça; BASTOS, Luiza Meira. Os agentes penitenciários em Minas Gerais: Quem são e como percebem a sua atividade. **Sistema Penal & Violência**, v. 7, n. 2, p. 176-192, 2015.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE; KRUG, Etienne G. **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2002.

PAIVA, Haroldo Neves de et al. Associação do uso de drogas lícitas e ilícitas, sexo e condição socioeconômica entre adolescentes de 12 anos de idade. **Cadernos Saúde Coletiva**, v. 26, p. 153-159, 2018.

PRATTA, Elisângela Maria Machado; SANTOS, Manoel Antônio dos. O processo saúde-doença e a dependência química: interfaces e evolução. **Psicologia: Teoria e pesquisa**, v. 25, p. 203-211, 2009.

ROCHA, Luís Fernando. Teoria das representações sociais: a ruptura de paradigmas das correntes clássicas das teorias psicológicas. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 34, p. 46-65, 2014.

RODRIGUES, Rosa Patrícia Gomes Tenório Omena et al. O uso de substâncias psicoativas lícitas na gestação: representações sociais de mulheres. **Revista Recien-Revista Científica de Enfermagem**, v. 12, n. 38, p. 194-205, 2022.

ROMERA, João Vitor Gerlack; TONON, Adriana Pagan; MACEDO, Fernando Luís. O uso de drogas lícitas. As bebidas alcoólicas e seus desdobramentos no dia a dia dos indivíduos. **Brazilian Journal of Development**, v. 8, n. 5, p. 39264-39277, 2022.

RONZANI, Telmo Mota; ANDRADE, Tarcísio Matos de. A estigmatização associada ao uso de substâncias como obstáculo à detecção, prevenção e tratamento. In:

FORMIGONI, Maria Lucia Oliveira de Souza(coord.). **Uso de substâncias psicoativas no Brasil: módulo 1**. 9. ed. Brasília: Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, 2016. (Cap. 2)

RUDNICKI, Dani; SCHÄFER, Gilberto; SILVA, Joana Coelho da. As máculas da prisão: estigma e discriminação das agentes penitenciárias. **Revista Direito GV**, v. 13, p. 608-627, 2017.

SALBEGO, Rose. Um olhar sobre a saúde mental do policial penal: uma revisão bibliográfica. **Revista Brasileira de Estudos de Segurança Pública-REBESP**, v. 15, n. 02, p. 117-126, 2022.

SALES, Eliana. Aspectos da história do álcool e do alcoolismo no século XIX. **Cadernos de História UFPE**, v. 7, n. 7, 2010.

SANTANA, Glauber Queiroz; NOVAIS, Thyara Gonçalves. LEI DE DROGAS: UM ESTUDO A LUZ DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO DIREITO. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 9, n. 5, p. 1995-2015, 2023.

SÃO PAULO, Decreto n. 3706, de 29 de abril de 1924. Dá regulamento à lei n. 1761, de 27 de dezembro de 1920, que reorganiza a Penitenciária, e, em parte, à lei n. 1406, de 26 de dezembro de 1913, que estabeleceu o regime penitenciário no Estado de S. Paulo. **Diário Oficial**. São Paulo, 1930.

SCHRAM, Alana Betina; COL, A. D.; BORTOLI, Stella. Avaliação do impacto do isolamento social sobre o consumo de álcool e outras drogas durante a pandemia da Covid-19/Assessment of the influence of social isolation on alcohol and other drugs use during the Covid-19 pandemic. **Brazilian Journal of Development**, v. 8, n. 3, p. 17122-17140, 2022.

SILVA, Carolina Carvalho et al. Iniciação e consumo de substâncias psicoativas entre adolescentes e adultos jovens de Centro de Atenção Psicossocial Antidrogas/CAPS-AD. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, p. 737-745, 2014.

SILVA, Rodrigo Sinnott; DE AZEVEDO, Carolina Santos. A importância da família no tratamento do dependente químico. **ENCONTRO: Revista de Psicologia**, v. 16, n. 25, p. 151-162, 2013.

SILVA, Valkiria Dias Quintão et al. A percepção dos professores de escolas públicas do interior de Minas Gerais sobre o uso de drogas no contexto escolar. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 23, n. 1, p. e11500-e11500, 2023.

SIMPLÍCIO, Mayla Paula Torres et al. Fatores associados ao uso de álcool, tabaco e drogas ilícitas em estudantes brasileiros. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 74, 2021.

SOUZA, Isabel et al. O Perfil Sociodemográfico, Acadêmico e Laboral do Agente de Segurança Prisional de Catalão-GO. **CIAIQ2015**, v. 3, 2015

SOUZA, Taciana Santos; CALVETE, Cássio da Silva. História e formação do mercado das drogas. In: **XII Congresso Brasileiro de História Econômica**. 2017. p. 1-22.

SPEZZIA, Sérgio. Repercussões bucais do uso de drogas na adolescência. **Revista de Ciências Médicas**, v. 27, n. 2, p. 93-100, 2018.

SPINK, Mary Jane Org. **O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social**. São Paulo: Editora brasiliense, 2004.

TORQUATO, Cristiano Tavares; BARBOSA, Liliane Vieira Castro. O sistema penitenciário brasileiro e o quantitativo de servidores em atividade nos serviços penais: avanços e desafios. **Revista Brasileira de Execução Penal-Rbep**, v. 1, n. 2, p. 251-272, 2020.

TORRES, Bruno Miguel Fena. DA ÉTICA POLICIAL: um pressuposto no uso da força em Portugal. **Revista Brasileira de Ciências Policiais**, v. 12, n. 5, p. 175-205, 2021.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME (UNODC). Relatório Mundial sobre Drogas 2019. **World Drug Report**, 2019.

UNODOC, 2011. World Drug Report 2011 (relatório mundial sobre as drogas 2011), Publicações das Nações Unidas 300 E. 42nd Street, Rm. IN-919J, Nova York, NY 10017. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/WDR2011/World_Drug_Report_2011_ebook.pdf

VALA, Jorge; MONTEIRO, Maria Benedicta. **Psicologia social**. Fundação Calouste Gulbenkian, 2013.

VIEIRA, Amanda Souza et al. A Correlação do abuso de drogas e a família na adolescência The correlation between drug abuse and the family in the adolescence. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 9, p. 92035-92050, 2021.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Global status report on alcohol and health 2018**. World Health Organization, 2019.

YIN, Robert K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Penso Editora, 2016.

ZALESKI, Marcos et al. Diretrizes da Associação Brasileira de Estudos do Álcool e outras Drogas (ABEAD) para o diagnóstico e tratamento de comorbidades psiquiátricas e dependência de álcool e outras substâncias. **Brazilian Journal of Psychiatry**, v. 28, p. 142-148, 2006.

ZEITOUNE, Regina Célia Gollner et al. O conhecimento de adolescentes sobre drogas lícitas e ilícitas: uma contribuição para a enfermagem comunitária. **Escola Anna Nery**, v. 16, p. 57-63, 2012.

Apêndice I

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE PROJETO DE PESQUISA

POLÍCIA PENAL: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE O USO DE DROGAS
PSICOATIVAS LÍCITAS, ILÍCITAS E SEUS USUÁRIOS.

1. Convite para participar da pesquisa

Convidamos você para participar da pesquisa Polícia Penal: Representações Sociais sobre o uso de drogas psicoativas lícitas, ilícitas e seus usuários, que tem como pesquisador responsável Maria Aparecida Macambira da Silva, o qual pode ser contatado por meio do telefone (68) 999726749.

Solicitamos que você leia com atenção este Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) e peça todos os esclarecimentos para sanar suas dúvidas sobre a pesquisa e sobre a sua participação. Se você se sentir esclarecido e aceitar o convite para participar da pesquisa, solicitamos que assine a última página e rubriche as demais páginas das duas vias deste Termo.

2. Informações sobre a Pesquisa.

2.1 A pesquisa tem por objetivo compreender as representações sociais quanto às drogas e seus usuários, e como essas representações se inserem no cotidiano da polícia penal de Rio Branco-AC. Justifica-se pela necessidade de ampliar o conhecimento sobre os policiais penais, pois essa classe de trabalhadores é pouco estudada, ocasionando uma fragilidade de conhecimento histórico e social sobre essa profissão, pouco se sabe sobre as experiências, desafios e inquietações vividas por aqueles que compartilham 24 horas o mesmo ambiente com os detentos em uma unidade prisional. Assim, essa pesquisa busca entender o que esses policiais pensam sobre a temática e como ela está presente no seu dia a dia de trabalho.

2.2 Os procedimentos metodológicos de coleta de dados serão através de entrevistas semiestruturadas, serão realizadas individualmente e em ambiente confortável para o participante, também serão gravadas em equipamento de áudio, mediante

autorização do participante. Os dados serão organizados e analisados de acordo com o método de análise temática. O referencial teórico-metodológico usado para a análise das informações, será a Teoria das Representações Sociais.

2.3 A sua participação é voluntária, consiste em participar de uma entrevista semiestruturada, individualmente e o preenchimento de um questionário sociodemográfico que contém questões de sexo, idade, estado civil, escolaridade e raça.

2.4 A população alvo é constituída por Policiais Penais que atuam no complexo penitenciário.

2.5 Os dados coletados serão utilizados única e exclusivamente para fins desta pesquisa e os seus resultados poderão ser publicados em revistas e/ou eventos científicos.

3. Esclarecimentos sobre riscos, benefícios, providências e cautelas e formas de acompanhamento e assistência

3.1 Esclarecemos que a sua participação na pesquisa poderá lhe causar desconfortos e riscos. De acordo com a resolução CNS nº 466/12, toda pesquisa científica com seres humanos envolve riscos em alguma gradação. Por tratar-se de uma pesquisa qualitativa, que realiza entrevista, pode haver algum tipo de risco no aspecto físico e psicossocial, uma vez que podem ocorrer possíveis desconfortos ao responder determinados questionamentos. O desconforto pode ser um constrangimento que o participante poderá sofrer ao responder determinadas questões relacionadas a drogas e seus usuários. Pode haver ainda outro risco relacionado a uma possível quebra na confidencialidade dos dados e anonimato das participantes, durante a coleta de dados. Pode haver dano aos direitos de personalidade, com exposição indevida do nome e/ou imagem, o que pode agredir a intimidade, vida privada e/ou imagem do participante da pesquisa. Outro risco é a má interpretação dos dados, durante o procedimento de categorização para a análise temática.

3.2 Para minimização ou exclusão dos riscos serão adotadas as seguintes medidas: o participante não será identificado ao responder aos questionamentos da entrevista; somente responderá se concordar em fazer parte do estudo; a coleta

das informações será realizada em uma sala reservada. Caso seja percebido algum desconforto físico (cansaço, dor) ou emocional durante a aplicação do formulário e entrevista a atividade será paralisada e retomada em outro momento caso seja da vontade do participante. Será garantido ao participante a possibilidade de não responder questões que lhe causem constrangimento ou que considere invasiva à sua privacidade/intimidade, sem prejuízo para sua participação na pesquisa. Será garantido ao participante o direito de retirar o consentimento, e desistir de participar da pesquisa a qualquer tempo, sem prejuízo ou dano de qualquer natureza ao participante. Os pesquisadores garantem manter o mais amplo e irrestrito sigilo profissional sobre a identificação das participantes, durante e após o término da pesquisa. Desse modo, a identidade pessoal de todos os participantes será excluída de todos e quaisquer produtos da pesquisa para fins de publicação científica. Todas as gravações (áudios ou vídeos) decorrentes da pesquisa serão armazenadas em um computador de uso exclusivo e somente o pesquisador e pessoas autorizadas por este terão acesso ao mesmo.

3.3 Esclarecemos que durante a realização da pesquisa você será acompanhado e assistido pela equipe de pesquisadores, sanando todas as dúvidas que venha a ter sobre a pesquisa e sua participação; e, que, após o encerramento e/ou interrupção da pesquisa, você continuará a ser acompanhado, tendo direito a todos benefícios da pesquisa que lhe couber.

3.4 Os benefícios desta pesquisa são classificados como indiretos aos participantes. Contudo os participantes poderão ser beneficiados pela oportunidade de participar de um estudo que se propõe a contribuir com a produção de conhecimento acerca da temática de uso de drogas no olhar do policial penal. Dessa forma, asseguramos o cumprimento do item III.1.n da Resolução CNS Nº 466/12 que visa a garantia de assegurar aos participantes da pesquisa os benefícios resultantes do projeto, seja em termos de retorno social, acesso aos procedimentos, produtos ou agentes da pesquisa. Os participantes não terão compensação ou benefícios financeiros para a participação na pesquisa, porém se houver algum prejuízo ao participante dessa ordem, o direito ao ressarcimento será garantido. As informações coletadas serão utilizadas única e exclusivamente para os fins previstos no Projeto de Pesquisa, os quais serão apresentados no Relatório de Pesquisa e que os resultados da pesquisa e os resultados poderão ser publicados em meios de comunicação científica, tais como eventos científicos, livro e/ou revista acadêmica, sempre resguardando os aspectos éticos e legais.

4. Garantias para os participantes da pesquisa

Você é livre para participar ou não da pesquisa. Se concordar em participar, você poderá retirar seu consentimento a qualquer tempo, sem sofrer nenhuma penalidade por causa da sua recusa ou desistência de participação. Será mantido o sigilo absoluto sobre a sua identidade e a sua privacidade será preservada durante e após o término da pesquisa.

- 4.1 Você não receberá pagamento e nem terá de pagar pela sua participação na pesquisa. Se houver alguma despesa decorrente de sua participação, você será ressarcido pelo pesquisador responsável.
- 4.2 Caso a pesquisa lhe cause algum dano, explicitado ou não nos seus riscos ou ocorridos em razão de sua participação, você será indenizado nos termos da legislação brasileira.
- 4.3 Após assinado por você e pelo pesquisador responsável, você receberá uma via deste TCLE. A qualquer tempo, você poderá solicitar outras informações sobre esta pesquisa e os seus procedimentos, para o seu pleno esclarecimento antes, durante e após o término da sua participação. Essas informações e esclarecimentos poderão ser solicitados ao pesquisador responsável Maria Aparecida Macambira da Silva, pelo telefone nº 68 999726749 e pelo e-mail maria.macambira@sou.ufac.br.
- 4.4 Você também poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Acre (CEP-UFAC) para solicitar todos e quaisquer esclarecimentos sobre a pesquisa, de segunda a sexta feira, no horário de expediente. O CEP-UFAC funciona na sede da Ufac, que fica localizado no Bloco da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, sala 26, telefone 3901-2711, e-mail cep@ufac.br, Rio Branco-Acre, CEP 69.915-900.

Declaração do Pesquisador Responsável

Eu, Maria Aparecida Macambira da Silva, declaro cumprir todas as exigências éticas contidas nos itens IV. 3 e IV.4 da Resolução CNS Nº 466/2012, durante e após a realização da pesquisa.

5. Consentimento do participante da pesquisa

Eu, _____,
RG Nº _____, CPF Nº _____, declaro ter sido plenamente informado e esclarecido sobre a pesquisa e seus procedimentos apresentados neste TCLE e consinto de forma livre com a minha participação.

Rio Branco-Acre, _____ de _____ 202____.

Assinatura do Participante da Pesquisa

Assinatura do Pesquisador Responsável

Apêndice II

Roteiro de entrevista

1ª parte: caracterização socioeconômica e epidemiológica

Número de identificação:

Idade:

Gênero:

Raça:

Natural:

Escolaridade:

Estado civil:

Religião/crença:

Local de residência:

Com quantas pessoas reside:

Anos trabalhados como policial penal:

Carga horaria:

Faixa de renda:

Exerce outra atividade remunerada:

2ª parte:**Número de identificação:****Questões subjetivas:**

- 1-Na sua concepção (entendimento) o que são drogas? Dê exemplos?
- 2-Qual a sua compreensão sobre a ação (efeito) das drogas no corpo humano?
- 3-Para você, o que são drogas ilícitas e lícitas?
- 4-Para você, o que leva a pessoa experimentar essas drogas pela primeira vez?
- 5-O que você pensa a respeito sobre a ação e as consequências das drogas na sociedade?
- 6-Para você, o que é um usuário de drogas?
- 7-Como você definiria a síndrome de dependência química?
- 8-Você acredita que exista o uso dessas substâncias (lícitas e ilícitas) em profissionais da segurança pública?
- 9-Na sua opinião, o ambiente prisional favorece e influencia o possível uso dessas substâncias (lícitas e ilícitas)?
- 10-Você foi preparado ou capacitado (educação permanente dos PP) para lidar com situações comuns no cotidiano prisional, como por exemplo, o crescente número de usuários de substâncias ilícitas dentro das prisões? Você acha importante essa qualificação?
- 11-Você tem conhecimento sobre algum apoio psicológico e social da instituição para policiais penais?
- 12-Você gostaria de acrescentar alguma coisa?

ANEXO N° 01

AUTORIZAÇÃO DE DIREITOS AUTORAIS

Autorizo a reprodução e/ou divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, desde que citado o autor, título, instituição e ano da dissertação.

Nome do Autor: Maria Aparecida Macambira da Silva

Assinatura: _____



Documento assinado digitalmente
MARIA APARECIDA MACAMBIRA DA SILVA
Data: 13/12/2024 14:26:41-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Instituição: Universidade Federal do Acre



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

CARTA DE ANUÊNCIA

U F A C

Eu, Danúzia da Silva Rocha, docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Ufac, estou ciente e de acordo com a entrega dos 01 (um) exemplar impresso e 01 (uma) cópia digital da dissertação intitulada “Polícia penal: Representações Sociais sobre o uso de drogas psicoativas lícitas e ilícitas”, apresentada pela mestranda MARIA APARECIDA MACAMBIRA DA SILVA, sob minha orientação.

Rio Branco-AC, 13 de dezembro de 2024.

Documento assinado digitalmente
 DANUZIA DA SILVA ROCHA
Data: 13/12/2024 12:09:28-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof^ª. Dr^ª. Danúzia da Silva Rocha
Orientadora
PPGSC/Ufac